



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 37

Sessão Ordinária de Dezembro

Reunião de 15-12-1999

Aos quinze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, pelo mesmo não estar presente, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos como Primeiro Secretário e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Maria Teresa Fidélis da Silva, Álvaro Patrício do Bem, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José Augusto Fernandes Júnior, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Rogério Mário Madaíl da Silva e Manuel Simões Madaíl.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado Maia, as quais foram aceites e consideradas justificadas.

Estiveram presentes os seguintes membros da Câmara Municipal: Presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, e os Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Jaime Simões Borges, José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Domingos José Barreto Cerqueira.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa nos termos do artigo 78.º da lei 169/99 de 18 de Setembro, deu conhecimento à Assembleia da substituição do vogal João Pires da Rosa pela vogal Maria Teresa Fidélis da Silva, até 31 de Dezembro do corrente ano, tendo efectuado o reconhecimento de poderes da mesma.

Continuando, informou que após comunicação ao Sr. Presidente da Assembleia, e tendo terminado os motivos que determinaram o pedido de suspensão, o vogal António Manuel dos

Santos Salavessa, retoma o seu lugar reassumindo assim as suas funções como membro desta Assembleia.

Continuando no uso da palavra leu a “Ordem do Dia” prevista para a Sessão Ordinária do mês de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto n.º 2 - Câmara Municipal - Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano 2000;

Ponto n.º 3 - Serviços Municipalizados - Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2000;

Ponto n.º 4 - Concurso para a Instalação de Abrigos de Passageiros nas Paragens de Autocarros.

Ponto n.º 5 - Construção de Habitação Social em Aradas e Santa Joana por CDH;

Ponto n.º 6 - Euro 2004: Estado da preparação, financiamento e consequências para o Concelho;

Ponto n.º 7 - Contratação de Empréstimos Bancários;

Ponto n.º 8 - Regimento da Assembleia Municipal - Discussão e aprovação.

Presidente da Mesa:

“Vamos dar início aos trabalhos da primeira reunião da sessão ordinária de Dezembro da Assembleia Municipal e eu queria começar com uma referência à compreensão dos senhores deputados para um facto que eventualmente, pontualmente, pode vir a criar algumas situações de dúvida que têm a ver com a entrada em vigor da nova legislação que vem disciplinar os trabalhos da Assembleia Municipal e que em algumas matérias contraria práticas que têm sido vigentes; por outro lado essa matéria ainda não está regulamentada pelo nosso regimento. Em contrapartida nós temos um regimento que em muitos aspectos contraria a lei, portanto não é de aplicação, mas que noutros aspectos não a contraria e portanto podemos continuar a aplicá-la.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, colocou à votação do plenário a seguinte acta:

Acta n.º 36 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta e um votos a favor e duas abstenções e zero votos contra.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Britaldo Rodrigues:

“De facto temos de ser muito sucintos e eu lamento, porque havia aqui alguma tradição de debater assuntos com alguma profundidade e com alguma democraticidade, que lhe é retirada desta forma. E eu quero, em primeiro lugar, dizer que muitas vezes a credibilidade dos políticos é acusada de estar em queda e a partir do momento em que também não podemos aqui discutir assuntos políticos isto ainda ajuda. Efectivamente uma coisa que se diz é que os interesses estratégicos partidários muitas vezes se sobrepõem aos interesses das populações, e ao dizer-se isso, muitas vezes sucede que os políticos são acusados de poderem ser pessoas menos credíveis. Ora, sucede que temos verificado que estudos que já vêm de longa data, de geógrafos, como seja o Prof. Amorim Girão, foram repescados pelo Dr. Carlos Candal e já há tempos ele defendia que se constituísse uma Área Metropolitana de Aveiro. Isso foi dito por um digno representante do Partido Socialista, que todos nós conhecemos e a quem o Partido Socialista reconhece

credibilidade suficiente até para o propor para deputado no parlamento europeu e verificamos que, não obstante tudo isso, a proposta apresentada pelo PSD para a criação da Área Metropolitana de Aveiro foi chumbada com os votos contrários do Partido Socialista e do Partido Comunista. Disse-se que havia erros; é evidente que quando há erros eles podem corrigir-se em sede de especialidade. Mas, na formulação da proposta, ela foi logo chumbada na generalidade. Eu espero que após o que se passou, não vá ninguém procurar tirar louros do sucedido; porque a proposta não foi aceite, ou porque a proposta foi chumbada, ou porque não era boa. Acho que isso não interessa aos aveirenses na tal perspectiva do interesse comum e não do interesse estratégico, apenas partidário. Também acho que não seria bom atirar pedras ao vizinho, por dizer que fez uma proposta má, se votou mal essa proposta. Assim, na perspectiva de conseguir que os interesses de Aveiro estejam salvaguardados, independentemente das estratégias partidárias, eu permito-me ir apresentar uma proposta à Mesa que diz o seguinte:

“Os signatários, vêm propor à Assembleia Municipal de Aveiro, a criação de um grupo de trabalho, incluindo até três membros de cada bancada, para promover uma reflexão sobre a Área Metropolitana de Aveiro, tendo em vista propiciar às entidades competentes um estudo objectivo que sirva essencialmente os legítimos interesses dos portugueses em geral, e dos aveirenses em particular.”

No que diz respeito a este assunto, que se abatam as bandeiras partidárias e se pense realmente na perspectiva da Área Metropolitana de Aveiro.

Há algo que nos anda a preocupar a todos os aveirenses, e aqui a esta bancada em particular. O Sr. Presidente da Câmara de Aveiro, tem surgido muitas vezes em órgãos de comunicação social, como segundo se diz, sendo interveniente de alguma polémica relativa ao traçado da linha férrea para o Porto de Aveiro - a ser assim, gostaríamos de ter esclarecimentos.

Também no que diz respeito à Marina de Aveiro, temos de alguma forma sentido o reflexo de opiniões dos órgãos de comunicação social neste sentido. Seria possível dar-nos um ponto da situação sobre este caso?

E termino senhor Presidente, dizendo que recebi algo que não posso deixar de pôr aqui, porque me foi enviado por munícipes (uma carta da “Peixaria do Mar”) do Mercado Municipal, e que me pedem para trazer este assunto aqui. Verifico que este problema vem desde mil novecentos e noventa e cinco, e o problema que se põe é: perto desta “Peixaria do Mar”, aparentemente, haver uma concorrência desleal (segundo ela diz) de vendedores ambulantes. Eles pedem que se faça algo, que não foi feito. Depois verificamos, com data de treze de Março de noventa e seis, a mesma insistência. E finalmente, em Junho de noventa e nove, outra vez, (agora já assinado pelo Presidente da Associação Comercial de Aveiro) dizendo não só do problema da concorrência desleal, mas algo que me parece bastante importante, que é o facto de esses vendedores ambulantes não terem um cartão, não terem um boletim sanitário - portanto, não se respeitarem normas higieno-sanitárias que a lei e o próprio regulamento Municipal prevêem. Portanto, em relação a este assunto e porque vem desde mil novecentos e noventa e cinco, e foi dirigido à Câmara, foi dirigido ao Governador Civil, foi dirigido agora novamente ao Presidente da Câmara, eu creio que algumas resposta se devem dar a este assunto.

E eu pergunto, por que é que não se dá resposta aos munícipes que põem estas situações e que de facto, deviam ser informados disto. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Raúl Ventura Martins.

Presidente da Mesa:

“Senhor Deputado, duas questões que têm a ver com o novo normativo legal que eu lhe fazia referência. Não cabe obviamente à Mesa tecer comentários sobre as intervenções dos senhores deputados, mas permita-se-me que diga até sem qualquer intuito, não diria pedagógico, mas

relativamente à primeira intervenção do senhor deputado eu creio que a nova legislação não restringe os poderes dos senhores membros da Assembleia, mas pelo contrario, aumenta-os. Nomeadamente quando possibilita que qualquer membro requeira o agendamento para um ponto autónomo da ordem de trabalhos, de qualquer questão, que muitas vezes eram tratadas em período de antes da ordem do dia, coisa que agora podem ser objecto de requerimento para agendamento autónomo. Portanto, qualquer questão que tenha dignidade para isso pode ser requerido o seu agendamento até um prazo de cinco dias, nas sessões ordinárias e oito dias sobre as extraordinárias.

Quando à proposta do senhor deputado, segundo a nova legislação, a sua admissão tem que ser sujeita a votação, não a proposta em si, a admissão da proposta, e o artigo oitenta e três da nova legislação diz que para além dos assuntos inscritos na ordem de trabalhos, apenas podem ser votadas outras deliberações, ou seja, a Assembleia apenas pode deliberar sobre matéria não inscrita na ordem de trabalhos com a concordância de pelo menos dois terços dos seus membros. Portanto, a admissão desta proposta irá ser posta à votação e se conseguir reunir os dois terços de votos necessários poder-se-á então discutir e votar o seu conteúdo.

Como se trata de uma proposta vamos deixá-la para o fim do período das intervenções e no fim, voltaremos entretanto à proposta que aqui foi presente.”

Entretanto entrou na sala o vogal Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal Gaspar Albino:

“Muito obrigado. Serei muito breve. A Universidade de Aveiro, está a comemorar mais um aniversário. É uma instituição a quem eu como cidadão, a quem todos nós como cidadãos desta terra, muito já devemos. E, por isso mesmo, eu gostaria de ser acompanhado por todos nós numa congratulação por esse aniversário, que está a ser comemorado muito dignamente e com muito brilho. E esse brilho e essa dignidade, reflectem-se em todos nós e acima de tudo na minha terra. Tenho dito.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Senhor Presidente. Teve ontem lugar neste sitio, uma discussão publica muito interessante. Tratou-se de e com a presença fundamental de técnicos da especialidade, discutir uma coisa que no meu entendimento, e penso no entendimento generalizado, deve ser muito caro aos aveirenses e aos cidadãos de qualquer município. Mas é de Aveiro que estamos a tratar e portanto a discussão teve aqui perfeito cabimento. Tratou-se de debater aqui os planos de pormenor, planos de urbanização. É uma questão velha, já não é de agora, isto dando a mão à palmatória, já de executivos anteriores, que o ordenamento do território não tem sido devidamente acautelado, precisamente pela falta de adequada planificação. Estiveram aqui técnicos, no meu entendimento esta Assembleia carece de conhecimentos para um debate aprofundado dessa questão. E nós tivemos aqui a grata presença de membros desta Câmara, designadamente a do senhor Presidente. O senhor Presidente reconheceu que esta discussão realmente é útil, e portanto, nós achámos bem esse reconhecimento só que como se costuma dizer “bem prega frei Tomás”, é que realmente reconheceu essa utilidade, mas esta Câmara tem vindo a fazer precisamente o contrario. Não há dúvida nenhuma que esta Câmara, tem feito a gestão urbanística completamente fora de qualquer plano, a não ser o PDM que já existia. Vemos o que se passa nas Glicínias e estamos a ver agora com maior equidade o que se passa aqui em relação ao Centro. É que neste momento ainda não se discutiu, ainda não há decisão nenhuma, não há normativo nenhum relativamente a como deve ser a construção no Centro de Aveiro. No entanto esta Câmara e o senhor Presidente, já estão a promover a venda de lotes e naturalmente quando promovem essa venda de lotes em hasta publica, hão-de dizer aos compradores, há-de ser anunciado o que é que ali se vai fazer. Mas então que situação é esta?

Qual é o papel desta Assembleia? A quem cumpre em última análise fazer a votação? A quem cabe em última análise? Dizer se os planos de urbanização, concretamente o do Centro servem ou não, se a Câmara já está a promover a venda desses lotes que hão-de ser objecto de ordenamento, quanto a construção.

Eu acho que esta discussão deve mesmo ser prévia. Eu entendia até que o Código de Procedimento Administrativo devia prever esta discussão antecipada a qualquer proposta de solução. Portanto o que aqui se passou foi de extrema utilidade, eu felicito os promotores da iniciativa, o PSD, por a ter feito, e espero que iniciativas deste género se repitam porque costuma-se dizer “da discussão nasce a luz”; ontem nasceu aqui alguma luz, creio que todos saímos pelo menos motivados para aprofundar conhecimentos sobre determinadas matérias, que não éramos sensibilizados para isso. Claro que foram aqui ditas algumas coisas com que evidentemente as pessoas podem não concordar, mas o que vale pela positiva vale pela negativa e portanto isso é sempre motivo e aí o aspecto importante, para que os participantes possam ir depois rebuscar argumentação, fundamentos e arranjar as melhores utilidades para os temas que são discutidos nesses debates prévios. Muito obrigado.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Vou ser breve em algumas preocupações que tenho, e em algumas informações que queria obter do senhor Presidente.

Há várias paragens de autocarros que continuam a não ter expostos os horários muito menos o número ou destino desses mesmos autocarros. Há saída do hospital vê-se diariamente mães e utentes do hospital que saem às duas e meia ou três, não sabem que autocarro apanham, a que horas apanham e por vezes estão meia hora, sem ter direito a isso, a apanhar chuva. Não há informação absolutamente nenhuma sobre os horários dos autocarros.

Outra preocupação que eu senti, porque levei um grupo de alguns sindicalistas a visitar o Fórum de Aveiro, e qual não foi o meu espanto, que ao atravessar uma das pontes do lado norte, além de algumas Bugas que passam com alguma velocidade, pude observar que eram conduzidas por garotos. Ficaram muito admirados como é que as Bugas passam com alguma velocidade, a “sacar cavalos”, as pessoas não têm segurança nenhuma. Se o senhor Presidente pensa, naquela saída do Zig-Zag, de meter uns travões ou qualquer coisa, porque as pessoas não andam em segurança. Uma senhora aleijou-se, eu até disse que o senhor Presidente deve ter um grupo de pessoas para receber queixas dessas Bugas, porque as pessoas são atropeladas e não é agradável que não haja algum policiamento, ou algumas multas para essas crianças que andam com as Bugas e mesmo no Fórum saindo dos trilhos. Nessa ponte que dá acesso ao Fórum, foi com desagrado, eu tentei disfarçar, foi com desagrado que eu ofereci umas barricas de ovos moles aos sindicalistas que vieram de Itália, mas quase que dava para oferecer um latão que estava metido no lodo da Ria. Porque a Ria está cheia de porcaria à entrada do Fórum. É muito desagradável, quando vai haver a inauguração de um lago e a Ria estar tão porca e à vista de toda a gente: porca, suja, é uma vergonha para a nossa cidade.

Ainda em relação à pista das Bugas, da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, posso neste momento dizer que de saudável não tem nada. As pessoas passeiam, abrem os pulmões e tanto do lado direito, como do lado esquerdo, inspiram e inalam as gasolinas, todas as porcarias dos carros; além de serem condecorados com alguns emblemas dos pássaros que lhes caem na cabeça.

Há uma outra informação que eu queria dar nesta Assembleia, já avisei o Presidente desta Assembleia Municipal: no dia trinta de Setembro fiz alusão a um descontentamento dos vendedores do Mercado Manuel Firmino, não mencionei nomes porque não conheço o funcionário que me falaram e lamento, mas tenho que avisar aqui que fui ameaçada, que se voltava a falar nesta Assembleia sobre o assunto, que me espetavam um tiro na cabeça. Eu tenho que deixar aqui esta informação, porque eu vou continuar a falar no que for necessário

porque eu não sou obrigada a receber telefonemas em casa com ameaças. E quero que estas pessoas na Assembleia saibam do que se está a passar. Tenho dito.”

Presidente da Mesa:

“Permitam-me só que eu realce para além das circunstâncias, a gravidade daquilo que acaba de ser dito nesta Assembleia. Eu penso que obviamente, este facto, é uma das intervenções mais graves que têm sido produzidas nesta Assembleia.”

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado senhor Presidente. Nós precisamos de ter uma ideia clara daquilo que o Governo faz, de maneira que eu como europeu que sou, aliás uma qualidade que partilho com o senhor Presidente da Câmara e com o senhor Presidente da Assembleia (que hoje não está cá por ser tão europeu), viajo de vez em quando nos aviões da TAP. E a TAP tem uma revista muito interessante, para a qual alguns membros do Governo contribuem. De maneira que, o senhor Secretário de Estado encarregado dos assuntos europeus, fez uma brilhante prosa que se encontra na revista de bordo da TAP (da última vez que eu viajei), e eu gostaria de traduzir para os senhores deputados, e a fim de saberem exactamente o que é que o Governo pretende fazer, um parágrafo do texto ilustre que diz assim: «numa agenda europeia nos primeiros seis meses do ano 2000, Portugal como país responsável pela presidência, tenciona pôr em prática um programa que fingirá dar uma resposta às maiores preocupações dos cidadãos europeus. Vamos actuar à luz da comunhão de interesses e da larga visão que é tradicional da acção externa de Portugal.»

Penso que estamos todos elucidados acerca das reais intenções do Governo no que respeita à presidência que se inaugura no dia um. Penso aliás, que este estado de alma não traduz apenas a presidência portuguesa, dada a constante permanência do senhor Primeiro Ministro no estrangeiro, deve traduzir também a intenção do Governo Português durante esta legislatura. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Em primeiro lugar, queria referir-me aqui a uma intervenção do senhor professor Britaldo, sobre uma reclamação na peixaria do mercado Municipal. Pessoalmente eu tinha interesse em saber qual era o mercado a que se refere, porque na cidade de Aveiro há dois mercados municipais.

Sobre o museu da república, senhor Presidente da Câmara, queria dizer o seguinte: assistimos algumas vezes nos últimos tempos a polémicas sobre o museu da república e o espólio que seria oferecido, na altura até assistimos a movimentos para candidaturas a director de museu, hoje ao reparar no vazio do espaço existente, pergunto: vai haver mais objectos para ver ou fica assim? Neste caso permitia-me sugerir ao senhor Presidente da Câmara para ocupar aquele espaço com algumas das maravilhas de Aveiro e que estão escondidas nos gavetões dos armazéns da cultura. Refiro-me aqui aos fatos e vestidos que nos lembram as raízes etnográficas da nossa terra. A Câmara e o Grupo Etnográfico das Barrocas, tem um conjunto de fatos e vestidos que merecem ser vistos por quem os visita. Senhor Presidente da Câmara, espero que tenha em atenção esta minha sugestão.

Também queria referir-me aqui, que já por diversas vezes chamei à atenção dos armazéns que existem no concelho e principalmente na freguesia da Vera Cruz, com artigos altamente inflamáveis. Pedi que se fizesse uma vistoria ou um inquérito aos ditos armazéns; gostava de saber o que se fez? E se alguma coisa foi feito, gostaria de ter conhecimento, porque não foi dado a conhecer. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Muito rapidamente só para referir aqui duas questões de carácter geral. Fiquei surpreendido ao ouvir aqui a minha companheira Clara Ribeiro referir que foi ameaçada, e eu tenho conhecimento que tem havido aí diversos tipos de ameaças telefónicas, nomeadamente relacionadas com pessoas da Câmara e funcionários; acusações sobre funcionários que eu julgo infundadas e tenho fortes razões para julgar. Obviamente todos devemos estar preocupados com isso e senhor Presidente da Câmara queria alertá-lo para este estado de coisas. Esta desconfiança latente, vossa excelência também está a ser envolvido de alguma forma nesta questão e é preciso bastante cuidado e uma actuação bastante rápida para podermos averiguar qual a origem deste tipo de coisas, porque eu temo que estejam a ser acusadas pessoas, está haver uma inclinação na acusação para determinadas pessoas, que nada nos diz no seu passado que sejam capazes de tomar tal tipo de atitudes. Será bom que assim seja, para bem de todos e para um sã convivência entre as pessoas e os funcionários municipais. Depois senhor Presidente, deixe-me aqui referir uma outra coisa relacionado com iluminações de Natal. Vou falar destas coisas, simples, mas que também nos são caras. Há dias fui contactado por um funcionário da Câmara, que me perguntava onde é que queria um pinheiro iluminado? E eu disse-lhe que tínhamos um pequeno programa de iluminações de Natal, obviamente que estamos à espera que a Câmara subsidie, como é sua obrigação, embora no ano que finda já o tenhamos feito e não tivemos qualquer subsidio. Porque eu entendo que as iluminações de Natal, que estão bonitas devo dizer-lhe, têm que ser extensivas às restantes freguesias do concelho. E se a cidade tem que estar bem iluminada - aquela atitude daquele funcionário que ingenuamente fez aquilo que lhe competia e que alguém lhe mandou fazer, para mim foi um atestado de menoridade. Foi um apoucamento da minha pessoa e das pessoas que vivem na minha freguesia. Obviamente que eu educadamente recusei, dizendo que tínhamos um programa de iluminações da Natal e que aguardaríamos a concessão de um subsídio por parte da Câmara.

Essa atitude que se calhar na sua génese teve boa intenção, acho que ofende a dignidade das pessoas das aldeias. A pessoas das aldeias não estão habituadas a ter iluminações de Natal, na sua esmagadora maioria - mas vir oferecer-lhe um pinheiro com quem diz: “ó palerma toma lá um pinheirito para ver se te calas, porque nós aqui os da cidade somos outra gente!”

Bem, senhor Presidente! Agradecia-lhe que no futuro houvesse mais cuidado com isso e que dentro das disponibilidades financeiras possíveis, fosse considerado no orçamento respectivo, uma verba mesmo que humilde e limitada, para que as juntas de freguesia também possam fazer algo, nomeadamente nos locais que considerem de maior relevância das suas áreas.

Depois, senhor Presidente, gostaria de falar nas prioridades. Teremos tempo de discutir isso em pormenor, mas eu ando chocado com aquilo que tenho ouvido na imprensa - e já referi isso ao senhor vereador da cultura - sobre uma festa de passagem de ano, independentemente de se dizer que é do milénio, passagem do século, do ano, seja aquilo que for, não vamos entrar nessa polémica, eu não posso aceitar, serenamente o digo e mais uma vez aqui o refiro, de igual modo como disse há tempos que não concordava com a prioridade dada à execução deste lago que aqui está à aparecer - embora concorde com ele, volto a referi-lo - não concordo é com a prioridade, não posso aceitar que tendo nós tantos problemas para resolver, alguns de gravíssima urgência como vossa excelência sabe, não vale a pena aqui citá-los, para o qual não tenho visto sensibilidade por parte da Câmara e ver, e constatar, e ouvir publicitar que a Câmara vai gastar quarenta mil contos numa festa de passagem de ano, ou trinta ou vinte mil que sejam, quando nós temos tanta gente que vive em condições infra-humanas, para as quais (não me fica bem dizê-lo mas vou dizê-lo) nós os Presidentes de Junta temos ajudado a resolver as suas expensas, para que pelo menos não estejam à chuva. Eu não posso aceitar isso senhor Presidente! Todos nós gostamos das festas, mas tem que haver algum equilíbrio. Façamos festas, façamos lagos, façamos da nossa cidade a coisa mais espectacular do nosso país, mas primeiro resolvamos estas questões gritantes, de gritante injustiça e que demonstram que não há

tanta solidariedade social como se apregoa. Portanto, senhor Presidente, fica aqui o meu protesto pela realização da tal festa, quando há tantas limitações à resolução dos tais problemas que não vale a pena aqui referir.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“Senhor Presidente. Eu gostaria de primeiramente recomendar à autarquia que promovesse o pagamento às associações com mais rapidez. Entre o momento em que é deliberado a atribuição de subsidio e o seu pagamento dista muito tempo e muitas vezes é necessário fazer adiantamentos pessoais para que se possam realizar os projectos. E tudo isto em prole de interesses comunitários. É evidente que a partir do momento em que há uma deliberação da Câmara, em que é entendido atribuição de um subsidio, é porque se desenhou a premissa de que há um interesse obviamente comunitário. E nessa medida é de facto doloroso, como eu disse, estarmos durante vários meses a aguardar por um subsidio que nunca mais vem. O que é estranho é que se é entendível que a autarquia tenha dificuldades de tesouraria, essas dificuldades deviam-se traduzir de facto depois numa contenção de despesas que não se verifica a propósito por exemplo da propalada festa da passagem de ano; ninguém está contra ela obviamente, mas quarenta mil contos gastos numa noite, é muito dinheiro, quando depois durante os outros trezentos e sessenta e quatro dias do ano, andamos todos a mendigar junto da Câmara o pagamento do subsidio que foi deliberado em reunião de Câmara. E nessa medida é importante que os senhores tomem isso em atenção.

Em segundo lugar, gostava de manifestar o meu desgosto e o de algumas associações juvenis, por não poderem contribuir de uma forma decisiva, conforme proposta na criação do núcleo de informação e comunicação no conselho consultivo da juventude, apresentado ao vereador do pelouro para a elaboração do boletim da juventude, sendo que os dois números desse boletim até agora editados, são de uma pobreza confrangedora ao nível gráfico e de conteúdos. É de facto lamentável que a autarquia queira manter nas suas mãos a tutela de um boletim que podia ser feito e devia ser feito pelos agentes juvenis. O que é que nós podemos pensar disso? Podemos pensar que a Câmara entende o boletim como um instrumento propagandístico? Eu creio que não será por isso! Mas então porque não deixar nas nossas mãos, nos agentes juvenis, nas associações, a possibilidade de editarem esse mesmo boletim, com a garantia óbvia de que esse boletim terá necessariamente uma melhoria a nível dos conteúdos e a nível do grafismo. Porque fazer pior do que já está feito, será com certeza impossível.

Em terceiro lugar, queria indagar junto do pelouro da gastronomia dos valores simbólicos aveirenses, como decorre o processo de certificação dos ovos moles de Aveiro? De facto nunca mais se soube como decorre o processo e era importante que para preservarmos algo que é genuíno, algo que realmente faz parte do nosso património gastronómico e simbólico, a Câmara como entidade de chancela, tivesse um papel determinante neste processo. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Tavares:

“Muito obrigado senhor Presidente. Em primeiro lugar eu queria lembrar aqui a tragédia que no sábado passado enlutou os Açores e enlutou o país. E seria talvez bonito, sobretudo para quem tem a felicidade de conhecer os Açores e quem como eu criou lá raízes definitivas, sabe o que é o drama das pessoas se terem que mover de uma ilha para a outra de avião, muitas vezes em condições climatéricas verdadeiramente assustadoras. Aconteceu esta desgraça agora, como já podia ter acontecido à mais tempo, não fora a extraordinária perícia e competência dos pilotos da SATA. Mas de qualquer maneira acho que ficaria bem a esta Assembleia, deixar aqui bem expresso o seu pesar pela tragédia e pelo drama que enlutou o povo açoreano e de alguma forma também o país.

Em contra ponto, queria lembrar aqui um momento particularmente grato que está a decorrer, o segundo aniversário da Filarmonia das Beiras. A Filarmonia das Beiras, como todos bem

sabemos e temos tido oportunidade de assistir a execuções e a desempenhos da Filarmonia, têm de facto exercido um papel muito relevante na cultura particularmente no domínio da cultura musical.

Eu queria em seguida, só ler muito rapidamente alguns trechos relativos a um problema que a todos nós deve afligir, que são problemas relacionados com a juventude e com os tempos livres da juventude, que se refere - muito rapidamente, digamos, aos consumos em termos de bebidas hoje em dia em moda na juventude. E retiro de um jornal o seguinte: “chama-se shot, que traduzido para português significa tiros, e é a bebida da moda entre os jovens portugueses. Trata-se de misturas de alto teor alcoólico servidas em pequenos copos, que custam entre duzentos e cinquenta e trezentos escudos e devem ser ingeridas num só trago. Com nomes apelativos como “Kalachnicov”, “B’52” ou “Dragon Ball”, estes cocktail’s em que abunda o absinto, a vodka e licores vários, são cada vez mais procurados ... mas as cores alegres que tanto atraem a malta nova estão longe de ser inocentes e são motivo de alarme para o psiquiatra Domingos Neto, director do centro regional de alcoologia de Lisboa. Os shot’s, diz ele, têm um teor de álcool acima dos cinquenta por cento, logo são substâncias altamente nocivas ao corpo humano. A proliferação destas bebidas entre os mais novos é evidente nas noites da capital e das festas dos estudantes ... o shot ainda por cima é barato e tem aquele pormenor de vir a arder. Enfim tudo truques para a malta achar piada ... todos esses shot’s são extremamente lucrativos para os donos dos bares, de facto se formos a avaliar a relação entre o preço e a quantidade, chega-se à conclusão que em cada copo vendido a duzentos e cinquenta e trezentos escudos, o lucro para o vendedor varia entre os cento e noventa e os duzentos e vinte escudos, pois em média um shot custa ao bar entre sessenta a oitenta escudos.”

Noutro jornal, como reportagem da pastoral da saúde realizado recentemente em Fátima, eu retiro algumas afirmações do Prof. Daniel Serrão que é uma autoridade no domínio da medicina. “A primeira responsabilidade de uma política de saúde, não é a de curar as doenças, mas de proteger e promover a saúde. Esta é uma responsabilidade global dos governos. No entanto, compete à família investir na atenção aos jovens contrariamente ao que tem acontecido e daí estes não terem saúde devido ao consumo de álcool e de drogas.” Para este médico “cabe ao sistema educativo, educar para criar comportamentos de vida saudável”. Decidido a nomear todos os responsáveis, o Prof. Daniel Serrão comprometeu as autarquias, dizendo que quando autorizam a abertura de discotecas até de manhã, com consumos obrigatórios, estão a demitir-se das suas responsabilidades. Cada um que retire as conclusões que quiser, eu retirei as minhas. Muito obrigado.”

Vogal António Vinagre:

“Obrigado senhor Presidente. Eu juntava aqui a minha voz de preocupação à voz do deputado Nuno Tavares - é preocupante nesta altura o consumo elevado e álcool nas camadas mais jovens da população. Basta andar pela noite aveirense, para verificar isso mesmo.

Gostava em primeiro lugar de me congratular, pelo Sr. Armando Vieira, deputado à Assembleia da República. (foi o único desta Assembleia e deste concelho de Aveiro) Tenho a certeza que vai ser uma voz activa na defesa dos interesses do concelho de Aveiro.

Congratular-me também, com a atribuição do Euro 2004 a Portugal; sabendo que Aveiro vai ser uma das cidades que vai ficar com a sede da organização de uma das fases. Espero que saiba aproveitar todos os benefícios que daí advém.

Depois, queria juntar a minha voz de protesto também à voz de protesto do senhor Presidente da Câmara, em relação à construção da Marina da Barra, na zona do Forte. Eu lembro, que quando o PSD de Aveiro fez a proposta, apresentou um projecto de construção da ponte que ligava a cidade a S. Jacinto; muitas vezes se levantaram contra e tinha em vista tão somente contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de S. Jacinto, para uma ligação mais rápida à cidade. (Embora isto não fique no concelho de Aveiro, mas o que tem a ver com a

Ria de Aveiro, tem a ver com todos os aveirenses) As mesmas vozes, desta vez não se levantaram contra este projecto que vai ter quatrocentos e tal apartamentos e cento e trinta e tal moradias!? O Dr. Raúl Martins que está à frente do projecto, da APA, não teve dúvidas nenhuma em concordar com o projecto? Já se fez um estudo de impacte ambiental? Lamento, que sendo o Dr. Raúl Martins um aveirense, membro desta Assembleia, ter aceitado da forma como aceitou, concordar com o projecto da forma como concordou, sabendo que isso é um atentado à Ria. Qualquer coisa que se faça na Ria com essa quantidade de apartamentos, com essa quantidade de moradias, é um atentado à Ria - desculpe lá senhor doutor!

Depois tenho aqui um “flyer” que andou a ser distribuído - o programa é interessante, é atractivo, mas há aqui uma situação que me faz confusão a mim e a muita gente. Quando chega aqui a esta parte de «espaço reservado com dois ambientes»; vamos ter dois ambientes cá dentro?! “Com dois ambientes e actuação da Banda Pátria, bares e bufete no Centro de Congressos, abertura às 23 horas, com entrada paga!” Isto convinha ser esclarecido, porque isto faz confusão a muita gente. Estes dois ambientes... um ambiente é da Câmara e outro é da Olaria? Ou são os dois da Câmara? Ou são os dois da Olaria? Se é da Olaria, a Câmara promove a festa da Olaria? E paga-se a quem?

Também gostava de saber, como está a situação da Europa dos Pequenitos? Em que pé - se é no esquerdo se é no direito; como é que isso está?

Depois, para quando (e fui alertado aqui há uns dias atrás a propósito de uma cena entre dois cães na rua) a criação de um canil decente - porque eu acho que nem há canil. O que existe não é canil, são umas coisas lá com os cães. Para quando a criação de um canil decente? Muito obrigado.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Tentando nos breves minutos de que disponho falar de alguns assuntos, o primeiro dos quais, para subscrever em conjunto com a questão da passagem de ano, as palavras do senhor deputado Nuno Tavares, e a preocupação que é de todos, efectivamente, do grau de alcoolémia que atingiu a juventude portuguesa e que se torna preocupante sempre que se aproxima uma festa desta natureza.

A Câmara provavelmente não poderá fazer grande coisa, começa por não haver, tanto quanto sei, legislação que o possa impedir. De todo o modo, podem pelo menos prevenir intervenções como aquela a que assistimos. E pela primeira vez, permito-me quase pedir à outra bancada que está aqui atrás de nós, (aos senhores jornalistas) que realmente dêem caixa alta a este tema. E através deles, se peça a toda a juventude que com certeza vai afluir a Aveiro e não só, porque não são só os jovens que bebem, que realmente tenham algum comedimento, porque a passagem de ano, este ano, não é assustadora porque se pense que o mundo vai acabar, mas porque se pensa que possam acabar em mal algumas atitudes, sobretudo de excesso de consumo de álcool ou até quem sabe de drogas.

Posta a questão da passagem de ano, sublinhando que fico contente que assim seja, e que Aveiro tenha assumido o seu papel de capital de distrito e de cidade universitária que não tinha visto assumir antes. Vejo por exemplo muitos aveirenses todos os anos a deslocarem-se até à praia da Barra, para andarem por ali de noite, aos caídos e aos perdidos, porque não têm um acontecimento desta natureza; e tenho registo de que tencionam vir aqui para fazer parte do coro.

Duas outras pequenas questões, uma delas em relação às Bugas e à pista de bicicletas. Porque é efectivamente preocupante o tipo de sinalização que está a ser utilizado, e permitia-me chamar à atenção muito particularmente, para o corte que existe em frente ao café Zig-Zag, onde já vi tropeçarem três senhores de idade e só por milagre não caírem. A promiscuidade que existe entre a parte pedonal e a parte ciclável é excessiva, sobretudo ali. As pessoas vêm a direito e é-lhes entroncado em “T” uma pista de veículos extremamente perigosa. E gostaria até de saber

até que ponto estão acauteladas as questões de seguros; pressionado o próprio Governo para fazer sair nova legislação, já que este código da estrada piorou a situação em relação ao anterior e não melhorou.

Finalmente, a última questão, a Marina da Barra e a Europa dos Pequenitos. Eu poria as duas coisas em confronto porque são projectos que realmente o merecem e que não penso inteiramente desligados um do outro.

Sobre a Marina da Barra eu não me pronuncio, apesar de estar neste momento temporariamente a viver na Barra e já ter manifestado publicamente, até por artigos, a minha maior preocupação em relação à densidade populacional. É evidente que a densificação da área da Barra, considerando que a Quinta da Barra ainda está a ser construída, é verdadeiramente assustadora. Não me pronunciaria mais sobre isso, mas gostaria que esta Assembleia viesse a ter possibilidade de discutir o assunto.

Em relação à Europa dos Pequenitos, para terminar, só uma questão também assustadora. É que me chegou aos ouvidos, que o Presidente da Câmara da Figueira da Foz diz para quem o quer ouvir, que vai lá ter esse projecto. Alguma coisa está a atrasar o projecto aveirense, e é preciso acautelar porque é do maior interesse para todos nós. Fico a aguardar que um e outro sejam trazidos aqui. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal António Salavessa:

“Antes de contar o tempo senhor Presidente, o assunto da discussão da proposta apresentada pelo PSD na Mesa, inclui tempo de discussão? É só para depois não haver surpresas. Penso que deve incluir naturalmente.”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado se me dá licença, foi apresentada uma proposta. A sua admissão vai ser votada sem qualquer discussão. Se a Assembleia aceitar admitir esta proposta, admiti-a para a discutir e depois para a votar.”

Vogal Filipe Brandão:

“O senhor Presidente está a dizer que será previamente votada a sua admissão e só depois a sua discussão, o que é que acontece se alguém quiser tecer considerandos antes da admissão?”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado. Salvo melhor opinião, os considerandos quando muito têm a ver com o conteúdo da proposta. Se tiverem a ver com a razão que leva à votação, são feitos em sede de declaração de voto.”

Vogal António Salavessa:

“Em relação à ordem de trabalhos, entendo que existe a necessidade de alguma clarificação e de algum respeito, pelo menos no meu entendimento, pela Assembleia Municipal. A indicação de pontos para a ordem do dia, na base da nova legislação é um exclusivo dos membros da Assembleia, não pertence à Câmara Municipal. Foi assim que por decisão do PCP indiquei para a ordem de trabalhos aquele que é o seu sexto ponto - Euro 2004, estado da preparação, financiamento e consequências para o concelho - e foi pena que a Câmara e o Presidente da Assembleia não tenham aceite a proposta de realização de uma sessão extraordinária visando aquela discussão, proposta que foi apresentada publicamente pelo PCP. Mas regressando ao ponto sete dos empréstimos, a Câmara tinha sempre mecanismos para convocar uma sessão

extraordinária, sem utilizar este subterfúgio, quanto a mim inadequado de introduzir nos cinco dias, um ponto que não o poderia ter feito. De qualquer forma à luz do regimento em vigor esta proposta não pode ser discutida de imediato dado que os documentos apenas me chegaram anteontem e que nos termos do regimento, eles devem chegar pelo menos com quinze dias de antecedência.

Esta é de facto a primeira sessão após a entrada em vigor de um novo quadro legal que modificou significativamente as normas que determinam o exercício das nossas funções, que alterou as nossas competências e as relações entre a Câmara e a Assembleia Municipal. Falo fundamentalmente da lei 169/99 que revogou a chamada lei das autarquias locais, a 100/84. Curiosamente nada foi feito em termos municipais para informar os membros da Assembleia relativamente a tais alterações - às quais já estamos hoje submetidos. Apenas na comissão de regimento este assunto foi discutido e considerado, o que é muito pouco. Espero que tenha pelo menos existido informação e discussão interna no seio dos partidos, para que todos nós estejamos a par das transformações ocorridas e é bom que se saiba que o regimento em vigor, de facto, adequou em muitas das suas normas e que só no final iremos discutir o futuro regimento. Entretanto vamos aprendendo.

Passo alguns dos pontos que tinha, devido à limitação de tempo, para a comunicação do Presidente, diria apenas algo em relação à Marina da Barra. São evidentes na Marina da Barra, diferentes concepções e manifestos conflitos de interesse. Nós, membros da Assembleia Municipal, somos parte interessada. Os interesses da qualidade de vida da população desde concelho não terminam nos limites do concelho. Quando se mexe de forma substancial na laguna, ou na corda litoral, tocam-se os interesses de Aveiro no sentido lato, por isso faz sentido uma tomada de posição da Assembleia Municipal de Aveiro, tanto mais que amanhã o assunto vai ser debatido na Assembleia da Associação de Municípios da Ria. Por isso apresentamos uma proposta de moção que diz o seguinte:

“Face à recente divulgação das características do complexo da Marina da Barra, a construir através de concessão promovida pela Administração do Porto de Aveiro (APA), a Assembleia Municipal de Aveiro considera:

1 - Trata-se de um projecto que pela sua dimensão, função e localização, claramente se reveste de um inegável impacte regional em domínios diversos de enquadramento ambiental, económico e social, nomeadamente do concelho de Aveiro.

2 - Afigura-se um empreendimento que, pela sua dimensão e particularmente pela volumetria da ocupação urbanística prevista, pode constituir mais um grave facto de perturbação e degradação das condições ambientais e urbanísticas da zona da Barra e de todo o ecossistema constituído pela Ria de Aveiro, conforme declarações já proferidas pelo Presidente da Associação de Municípios da Ria e Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Com vista a uma adequada e atempada conjugação de esforços de que resultem as melhores condições de desenvolvimento da região, a Assembleia Municipal de Aveiro delibera:

- Propor às entidades governamentais que tutelam o processo para a construção do complexo da Marina da Barra a sua imediata suspensão, até que se proceda à necessária actualização da avaliação e estudo de impacto ambiental deste empreendimento, bem como, a realização de um amplo debate público que envolva todas as autarquias locais, instituições e cidadãos interessados, dos concelhos integrantes da Associação de Municípios da Ria.”

Entretanto saiu da sala o vogal Lucas Amaro Rodrigues.

Vogal João Maia:

“Senhor Presidente. Senhores Deputados. Eu gostaria de manifestar aqui algumas das preocupações que me foram canalizadas por munícipes do bairro da Força Vouga. Concretizando: falta de iluminação, limpeza que não será a melhor e a falta de passeadeiras em

toda aquela urbanização. Ainda relativamente ao bairro da Forca Vouga, gostaria também de chamar à atenção sobre a Repartição de Finanças, repartição essa que como nós sabemos foi polémica quando implantada no sítio onde está hoje, com certeza com ideia de poupanças, com certeza de limitar os recursos financeiros disponíveis para a sua implantação, implantação que aconteceu talvez num espaço que nem para garagens fosse de utilizar, na medida em que é um espaço que está sujeito a cheias. E depois da última reunião desta Assembleia acontece que foi por poucos centímetros que não voltou a acontecer uma cheia dentro daquela repartição.

Eu confesso que não percebo a reacção da Administração Central para com a nossa repartição, sabendo nós inclusivamente que durante décadas a Repartição de Finanças de Aveiro esteve sediada num edifício por favor, com um prejuízo inclusivamente dos cofres do município local. Mas se foi polémica, eu espero que agora não seja enteeda. A verdade é que a Repartição de Finanças continua por ter, relativamente aos arranjos exteriores, algumas deficiências, concretamente o parque de estacionamento para automóveis. Tem um passeio extremamente largo, bastante largo e o parque de estacionamento primeiro devia ser acabado e se possível eu julgo que devia ser colocado o estacionamento em espinha. Mas o que é mais grave relativamente à Repartição de Finanças, é precisamente a falta, a nível de cidade, de placas indicativas da posição daquele edifício. Eu quero chamar à atenção da Câmara, que já em Março deste ano foi pedido por aquela repartição que fossem colocadas placas indicativas e até agora ainda não foi dada resposta, ou melhor, a resposta que foi dada eu não a digo aqui, porque acho que não é conveniente.

Para terminar eu queria, em nome da bancada do partido popular, manifestar a nossa solidariedade para com o povo dos Açores, concretamente com as famílias enlutadas, corroborando ao fim e ao cabo as palavras do senhor deputado Dr. Nuno Tavares, relativamente ao desastre ocorrido portanto, com o avião da SATA.

Para terminar, senhor Presidente, eu vou fazer-lhe mais vezes esta pergunta: para quando o aquário com as espécies piscículas da nossa Ria de Aveiro? Eu até ao fim do meu mandato vou-lhe fazer todas as sessões esta pergunta.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado. A minha intervenção será exclusivamente em matéria de saúde e objectivada através de uma proposta que já entrou na Mesa e que passarei a ler.

“Considerando que:

- 1. Existem circunstâncias únicas de financiamento para um Hospital Novo de raiz em Aveiro, complementando estruturalmente a nossa região, na sua principal carência, a Saúde.*
- 2. As anunciadas obras de melhoramento, como a ampliação das Urgências e a Unidade de Cuidados Intensivos (com uma década de atraso), não podem servir de exclusão, a curto prazo, da construção de um Novo Hospital.*

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera criar uma comissão com o fim de estudar a viabilidade da construção de um novo Hospital em Aveiro, na perspectiva de:

- 1. Ser um Hospital que implemente na sua estrutura os avanços técnico-científicos ocorridos nos últimos 25 anos da História da Medicina.*
 - 2. Ter o estatuto de Hospital geral, central e polivalente, com quase todas as especialidades médico-cirúrgicas e com alargamento do quadro de pessoal existente.*
 - 3. Ser um Hospital com acesso às actividades de investigação, que o promovam também a Instituição Escolar de apoio à estratégia da Universidade de Aveiro para Cursos de Saúde.”*
- Muito obrigado.”*

Vogal Filipe Brandão:

“Senhor Presidente. Senhores membros da Mesa. Senhores Vogais. Muito rapidamente, até por razões de imperativo legal temos que ser céleres. E é precisamente por aí que eu começo e

penso que é um assunto sobre o qual toda esta Assembleia deve reflectir, aliás, sobre a qual todo o Poder Local deve reflectir, porque numa altura em que se discute com alguma acuidade a crise do sistema político-partidário português, se critica o autismo do sistema político, se procuram justificações para a crescente abstenção, eu penso que esta lei 169/99, não augura nada de bom no sentido de inflectir essa tendência e gostaria, eventualmente, depois, convidar a Mesa, eventualmente na sequência de um estudo aturado que fará seguramente desta legislação, propor inclusive à Assembleia da República uma reflexão sobre esta matéria.

Porque consagrar e dar dignidade de lei, e portanto não podendo ser derogada por via regulamentar que os períodos de intervenção do publico, portanto aquilo que sempre nós aplaudimos aqui e acarinhámos, que é a tomada da palavra pelos munícipes, por aqueles que vivem os problemas e querem partilhar com os decisores políticos; por força de lei, relegar a intervenção do publico, até porque por via regimental antecedia a discussão da ordem do dia, relegar para o fim da ordem do dia, é, e em Aveiro todos nós sabemos, é cercar esses direitos. O artigo oitenta e quatro número seis da lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, é claro e portanto, um cidadão que queira intervir nesta Assembleia, terá que vir um dia, terá que vir outro dia, provavelmente ao terceiro não virá porque está a fazer contas de que será no quatro e infelizmente entretanto acabou a ordem do dia e portanto já não falará. Penso que isto deve ser corrigido. Penso que é um dos pontos que deverá merecer a atenção do legislador.

Também esta simples contingência em que nós estamos, entre falar aceleradamente penso que é um erro, não há justificação para que seja o legislador a impor o prazo máximo de intervenção antes da ordem do dia, mas dar espaço à auto-regulamentação e portanto o próprio órgão entender de acordo com a sua “praxis” e de acordo com os assuntos que se colocam pontualmente, de limitar esse período de antes da ordem do dia. Claro que a Mesa pode sempre gerir e portanto, o Presidente da Mesa não incorre em pena de prisão se alargar uns minutinhos a cada interventor. Mas é óbvio que não é agradável fazê-lo porque depois se criam disparidades de tratamento.

Portanto, era esta a intervenção que eu gostaria de fazer, houve alguns considerandos que eu não gostaria de deixar de aludir, designadamente a gravosa intervenção da vogal Clara; evidente, concordo com o Presidente da Mesa, terá sido das intervenções mais graves que aqui foram produzidas. Gostaria apenas de interpelar porque provavelmente não o terá feito, não sei se o participou criminalmente uma vez que a matéria que alude tem relevância criminal, se não o fez, espero que o faça porque não é um assunto de Assembleia, é um caso de policia e que tem o tratamento adequado e que seguramente deve suscitar a atenção de quem de direito.

Não tenho qualquer gosto em fazê-lo, mas não posso deixar de o fazer, de me associar às manifestações de pesar das famílias açoreanas que perderam entes queridos no trágico acidente de S. Jorge, e também enquanto socialista, enquanto democrata, não posso deixar também de fazer uma referência hoje, à morte de Manuel Tito de Morais, pessoa democrata convicto pela sua rectidão de carácter se assumiu, e é hoje unanimemente penso, reconhecido, pelo menos pelas declarações dos dirigentes partidários portugueses, se assumiu e se reveste uma figura impar da democracia portuguesa. Portanto, hoje também nos curvamos perante a sua memória.

Finalmente e em conclusão, uma vez que o senhor Presidente teceu aqueles considerandos relativamente à admissão da proposta que está na Mesa apresentada pelo professor Britaldo, eu apenas entendo, e gostava só de lhe colocar uma questão que condicionaria ou não o meu voto, se a questão que o professor Britaldo coloca, é uma questão séria e penso que o intuito é esse, reunir os aveirenses em prole de uma figura administrativa que sirva os interesses e projecte o concelho de Aveiro penso que carece de uma correcção porque pessoalmente entendo e entendo desde o tempo em que refere algum proponente anterior dessa ideia, que o problema da área metropolitana é também um problema de desadequação conceptual e terminológica. Portanto, estar a discutir se se deve ou não fazer uma área metropolitana, eu à priori entendo que não.”

Entretanto saiu da sala o vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Presidente da Mesa:

“Eu gostava de aproveitar a sua intervenção para fazer duas pequenas notas. A primeira tem a ver com o seguinte: a interpretação que faço do período da intervenção do público, a intervenção em face desse dispositivo normativo, é que a lei não proíbe que a prática da Assembleia consagre ..., isto é, a lei que permite o menos também permite o mais, ou vice-versa se quisermos. Isto é, nada impede. O que a lei obriga é que no fim dos trabalhos haja um período de intervenção do público.

O que me parece, é que nada proíbe que o regimento da própria Assembleia vá para além, na outorga de um direito, àquilo que a lei prevê. É a interpretação que faço.

Relativamente à intervenção da senhora deputada Clara Ribeiro, queria dizer que tenciono sugerir ao senhor Presidente de direito desta Assembleia, porque sei que ele regressará em breve, porque senão tomaria eu essa iniciativa, que fosse extraída certidão da acta do teor das declarações que aqui foram proferidas e se fizesse chegar ao Ministério Público, o que aqui foi dito, para dar o andamento que entendesse.”

Vogal Álvaro do Bem:

“Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara e respectivo Executivo. Em primeiro lugar, queria dar os parabéns a este Executivo e ao senhor Presidente, pela belíssima obra ainda não acabada que é o túnel na rotunda do Eucalipto.

Mas há três assuntos que se prendem com esta obra, que para mim me causam alguma preocupação. Primeiro, a velocidade a que se transita neste túnel; em segundo lugar, o facto das obras ainda não terem acabado, não justifica a inexistência de iluminação no túnel; e o terceiro reparo sobre esta mesma obra, é que estamos na terra do azulejo, estamos na terra do mosaico, e o revestimento do interior do túnel não tem nada a ver connosco. E se formos reparar naquilo que existe neste momento, esse próprio revestimento já tem problemas; deve ter havido lá algum problema com as obras porque de facto já não está em condições.

Em seguimento da minha proposta, sugestão da última Assembleia Municipal, não perfazendo alguma das afirmações aqui feitas, mas anunciando aquilo que eu esperava, de que o povo é de facto de uma memória curta - hoje já não se fala em Timor, faz-se contas! E a minha sugestão continua de pé. O senhor Presidente e o seu respectivo Executivo, que procure geminar uma das terras existentes em Timor Loro Sae, que tenham as mesmas características geográficas que tem a cidade de Aveiro. Infelizmente o único concelho deste país que teve a coragem de o fazer até hoje foi o concelho de Sintra.

Portanto, gostava imenso que a Câmara de Aveiro tivesse este mesmo desenlace em relação a este assunto. Disse.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado senhor Presidente. Necessariamente breve embora não concordando de todo com o espírito que subsiste à feitura desta lei, na minha opinião de leigo, para referir três ou quatro pontos que me parecem de alguma relevância. Em primeiro lugar para saudar a Câmara de Aveiro na pessoa do seu Presidente, pelo enorme sucesso claramente demonstrado do projecto BUGA. E tão grande tem sido esse sucesso, que ao que parece novos veículos têm sido adquiridos a um ritmo alucinante. Disse-me alguém que tinha sido para substituir algumas que foram roubadas, mas não. É pelo enorme sucesso que o projecto efectivamente está a ter.

Passeando na avenida vê-se claramente o trânsito de bicicletas atroz, uma pista de altíssimas condições que permite que se atinjam velocidades estonteantes nesses velocípedes a pedais, que têm sido claramente objecto de estudo de certeza, por parte de outras cidades e de outros concelhos deste país, para que algo idêntico e semelhante possa ser posto de pé noutros

concelhos. Mais ainda, aquela zona em frente ao Zig-Zag, como disse a Dr.^a Virgínia Veiga, quando apanha a descida ..., digo-lhe uma coisa senhor Presidente, estava quase tentado a fazer a proposta para tirar dali o quiosque, senão qualquer dia a senhora tem uma surpresa desagradável, com uma qualquer Buga a entrar pelo estabelecimento a dentro. Quanto às Bugas está tudo dito, parabéns à Câmara Municipal de Aveiro, que iniciativas como esta proliferem e se reproduzam; neste concelho é tudo o que nós desejamos.

Em segundo lugar, para, se calhar num tom menos sério, me “indignar” com a posição, e permitam-me esta referência dos deputados do partido socialista na recente discussão sobre a Área Metropolitana de Aveiro na Assembleia da República. E mais triste fico ainda, quando dentro desses deputados há amigos pessoais meus, aveirenses de gema e filhos eles próprios de outros aveirenses de gema, um dos quais até preside à Assembleia Municipal de Aveiro (de direito) e por sinal, Presidente, esse que foi e será, digo eu, um dos aveirenses que mais lutou, chamando-lhe “n” nomes. O senhor deputado Filipe Brandão propõe uma alteração do nome do projecto, ou de outra coisa qualquer, se calhar para o tornar compatível com a nossa constituição, não sei, mas o nosso Presidente da Mesa provavelmente, terá ficado desgostado ele próprio com estas intervenções que no nosso entender, bancada do partido popular na Assembleia Municipal de Aveiro, em nada contribuem para um desenvolvimento sustentado, estudado e que se quer enorme para o nosso concelho, integrado que está num distrito que é claramente um dos distritos com maior potencial de crescimento. Esperamos que este Assunto volte à ordem do dia, que este assunto volte à sociedade portuguesa e à sociedade aveirense, esperamos que este assunto não fique por aqui, porque claramente, como aqui já foi dito, as pequenas políticas partidárias se sobrepuseram àquele que é o interesse fundamental das gentes de Aveiro.

Passava rapidamente para um assunto que me chocou e chocou-me pela “violência”, ou pelo menos pelo tom chocarreiro e pouco digno que altas figuras públicas da nossa praça colocaram em discussões elas próprias, também públicas, imagine-se, quando se discutia ou quando eventualmente se apresentava ou quando eventualmente se começou a falar do tão célebre projecto Marina da Barra. Temos aqui duas das grandes figuras públicas envolvidas neste projecto - que sorte a nossa, que para meu desgosto enquanto deputado Municipal e enquanto aveirense, foram claramente as duas figuras que menos prestigiaram Aveiro, em tudo o que aconteceu neste processo até agora. Senhor Presidente da Câmara, senhor deputado Raúl Martins, permita-me que me dirija a si também na qualidade de Administrador do Porto de Aveiro, peço-vos que quando essas posições públicas tiverem que ser tomadas e não é líquido para mim que o tivessem nesta altura, porque ao que parece o que está em causa para já é apenas um concurso de concepção, algo que ainda não se sabe muito bem o que vai ser, apesar de poder haver já áreas definidas ou não, mas não se sabe ainda o que vai ser. Nada justificava que duas tão ilustres figuras do nosso concelho e da nossa política, inclusivamente na televisão prestassem declarações que considero de um nível que me abstenho de classificar e intolerável para quem tem as responsabilidades que os senhores têm. Mas ligava se calhar esta história à história da Europa dos Pequenitos, que é o seguinte: o deputado António Vinagre falou e falou bem, e perguntou em que pé é que estava a Europa dos Pequenitos, e eu pergunto em que pé está a negociação dos terrenos com os senhores do TIR/TIF, que nós em tempos aqui ouvimos falar a propósito de uma concessão de uma zona industrial de Aveiro. Se calhar pedem dinheiro demais pelos terrenos, não é senhor Presidente? E se calhar o senhor Presidente está-se a ver um bocadinho aflito para conseguir outros terrenos, não é senhor Presidente? E se calhar tem um protocolo a vinculá-lo, protocolo esse que o senhor se vangloriou de ter ratificado com a compra de uma célebre marinha. E agora eu pergunto o que é que o senhor vai fazer com a marinha que comprou? Deu o sinal, na altura nós dissemos, senhor Presidente, que não pagámos mas temos o acordo feito, porque pode acontecer isto assim, assim, assim, nomeadamente qualquer coisa de ambiente, e o senhor disse: não o que os senhores fizeram não

foi nada, nós pagámos senão a marinha ia-se. Agora eu pergunto: a marinha serve para a Europa dos Pequenitos? Não serve? Como é que relaciona esta questão dos terrenos ou do boicote do Presidente da AMRia ao projecto da Marina da Barra, com a eventual impossibilidade de construir a Europa dos Pequenitos no sitio onde ela estava inicialmente projectada? Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins:

“Senhor Presidente, muito obrigado por me dar a palavra. Fui acusado aqui publicamente, com nome e tudo, de demonstrar alguma insensibilidade ambiental nomeadamente, no projecto da Marina da Barra, pelo senhor deputado Vinagre. E creiam-me, que como aveirense, também me preocupam os problemas ambientais da minha terra, e particularmente os problemas ambientais da Ria. E penso que, aqui desde sempre, pode haver aqui quem defenda a Ria tanto como eu; não admito a ninguém ter galões para defender a Ria mais do que eu, que é efectivamente onde eu fui criado, onde eu nasci, e será efectivamente o sítio onde eu gostarei de ver desenvolvido um grande pólo de desenvolvimento desta região.

O que eu gostaria de dizer em termos ambientais e para salvaguardar a minha honra, era de que, tomaria Aveiro e a Ria de Aveiro, que os projectos que têm sido feitos na Ria de Aveiro ou nas suas áreas, tivessem tantas preocupações ambientais como tem o projecto da Marina da Barra. Eu passo a enumerar os filtros por que tem que passar um processo daquele tipo.

E quando se fala em projecto, é bom que se diga que não há projecto - não há para já projecto nenhum.

Mas vejamos para já, quais são os filtros ambientais por que passou e passa um processo daquele tipo. Em primeiro lugar, a localização da Marina da Barra está obviamente, e não podia deixar de ser de outra maneira, no PDM de Ílhavo. Portanto, quanto à localização, que aliás também mereceu o acordo de um estudo nacional feito pela Direcção Geral de Portos, para localização de Marinas e portos de recreio no país, mereceu desde logo o acordo da comissão de acompanhamento do PDM de Ílhavo. Como sabe, e como nós temos a experiência em Aveiro e nos outros municípios, são Comissões que em termos ambientais são bastante rigorosas quanto à tipologia e ocupação máxima. Em segundo lugar, em Conselho de Ministros, quando foi proposta a tipologia e a ocupação máxima que consta das bases gerais publicadas, essa tipologia de ocupação máxima não mereceu qualquer comentário negativo por parte do Ministério do Ambiente.

Mas não param aqui os filtros ambientais. Porque o que está definido, é apenas o local e a tipologia de ocupação máxima.

O processo do filtro do Ministério do Ambiente, que tem de agora ser seguido é ainda um filtro duplo. Sendo um processo de concepção/exploração/construção/concessão por sessenta anos, ao fim dos quais reverte a favor do Estado, e porque a área está incluída na reserva ecológica nacional, o projecto tem de merecer a desanexação da reserva ecológica nacional. Para se fazer a desanexação, tem de merecer um Plano de Pormenor a ser aprovado pela Câmara Municipal de Ílhavo e ter o parecer favorável da comissão da Reserva Ecológica Nacional.

Mas ainda não ficam por aí as preocupações ambientais, porque para além disso e como está nas bases gerais, o projecto tem de merecer um estudo de impacte ambiental, que tem que ser aprovado pelas entidades competentes, que neste caso é o Ministério do Ambiente.

Mais cuidados em termos ambientais penso ser impossível, senão diga-me senhor deputado, qual é o projecto que conhece mais blindado em termos ambientais? E já agora, diga-me se efectivamente demonstro uma tão grande insensibilidade ambiental.”

Seguidamente foi colocada à votação a admissão da proposta “A” apresentada pelo vogal Britaldo Rodrigues, sendo a mesma rejeitada por não ter obtido a maioria legal de dois terços, sendo a votação a seguinte: vinte votos a favor, treze abstenções e um voto contra.

Presidente da Mesa:

“Senhores deputados, começo por pedir a colaboração da Assembleia. O que a lei diz é que: a Assembleia só pode deliberar sobre matérias não constantes na ordem de trabalhos desde que tal seja deliberado por dois terços do número legal dos seus membros. Ora, dois terços do número legal de membros da Assembleia são vinte e sete; que têm que admitir que a Assembleia se pronuncie sobre matérias não constantes da ordem de trabalhos.

Senhores deputados, diz-nos o “Artigo 83.º - Objecto das deliberações: Só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de reunião ou sessão ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seus membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.”

Dois terços do número legal da Assembleia, senhores deputados, são vinte e sete. Esta matéria não recolheu a aquiescência, o voto favorável da Assembleia. E isto serve para que de futuro qualquer matéria, qualquer votação, só pode ser feita desde que pelo menos vinte e sete senhores deputados desta Assembleia concordem em que a Assembleia se pronuncie. Se tal acontecer, a deliberação até pode ser tomada por uma maioria simples, mas tem é que haver um número de vinte e sete senhores deputados que reconheçam a urgência da Assembleia em se pronunciar.

Vogal António Salavessa:

“Eu acho que vamos tendo alguns dos sinais do que se criou com esta lei. Vamos tendo alguns sinais que são evidentes, passe o desconhecimento manifestado das normas que entraram em vigor, mas no funcionamento prático, como eu dizia à pouco, vamos aprendendo com os trabalhos. E parece-me evidente que perante um argumento que foi invocado de aumentar a competência da Assembleia, na prática com a limitação do período de antes da ordem do dia, com a introdução de normas como esta, na prática vai-se retirando grande parte das possibilidades de intervenção. Eu penso, senhor Presidente, e interpelando a Mesa, que deveria haver um apelo por parte da Mesa para que em situações futuras houvesse a preocupação de haver uma prática que viabilizasse as aprovações, a não ser em casos que fossem manifestamente tão gravosos ou tão complicados, que inviabilizassem essa admissão. Penso que a prática normal deveria ser a da admissão das propostas. E foi nesse sentido; aliás ainda não fiz a declaração de voto, mas a seu tempo a farei.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“É o seguinte senhor Presidente, desculpe o abuso de vossa excelência, mas é para mim claramente óbvio que isto que o deputado António Salavessa acabou de referir é o que está a acontecer. E é o que vai acontecer.

E é tanto mais óbvio, se nós fizermos a analogia com o assunto que estava aqui em discussão e com o objecto desta proposta apresentada pela bancada do Partido Social Democrata. O objecto da proposta, era como se recordam, a criação de uma comissão desta Assembleia que permitisse a reanálise, um estudo, como noutras situações se fez, nomeadamente em relação a um plano de urbanização da Cidade de Aveiro e que todos nos envolvemos e todos tivemos presentes e está aí um documento de altíssimo valor. Esta proposta, creio eu, apenas sugeria a criação de uma comissão que em si própria depois de reunirem duas ou três vezes, até podia chegar à conclusão - é pá! Não estamos aqui a fazer nada. Não vale a pena trabalharmos. Mas aquilo que se pedia era para criar uma comissão. Por isso senhor Presidente, por isso é que eu entendo que esta nova lei das autarquias locais, é claramente uma lei feita pela situação. Porque o que aconteceu na Assembleia da República com o chumbo do projecto, está aqui a ser reiterado pela bancada do partido socialista, com a demissão da assunção de algumas responsabilidades que eu entendo serem deles.”

Entretanto reentrou na sala o vogal Lucas Amaro Rodrigues.

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, não vamos entrar na discussão do tema. Eu queria aproveitar para esclarecer o seguinte. Obviamente que não sou, nem tenho mandato, por todas as razões e mais alguma para defender o legislador. Há uma coisa que em minha sã consciência, e em minha correcta consciência, tenho a certeza que esta interpretação que a Mesa está a dar coincide rigorosamente com a interpretação da lei. E permitam-me dizer o seguinte: creio que os poderes dos senhores deputados, não aparecem minimamente cerceados com este dispositivo. Porque aos senhores deputados que invocarem que este dispositivo cerceia qualquer direito dos membros das Assembleias municipais, sinto o dever de retorquir que os senhores deputados têm o direito que não tinham potestativo de agendamento, de qualquer tema que repute de importante. Salvo melhor opinião, o que se passa é ainda um certo desconhecimento dos mecanismos que a lei prevê. Porque eles estão cá. E que de facto o senhor deputado António Salavessa até já deu, permita-me dizê-lo, um bom exemplo, um exemplo pedagógico usando essa faculdade.

Se alguém pretendia ou pensava que um determinado tema é suficientemente importante, com o devido respeito, creio que é muito mais correcto pedir o seu agendamento potestativo como um ponto autónomo da ordem de trabalhos, do que apresentá-lo no meio de um período de antes da ordem do dia, como de facto era uso, prática e de regra.

Portanto, permitam-me de facto este esclarecimento, porque não me parece que essas críticas tenham, essa pelo menos, com esta invocação, tenham um especial fundamento.”

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Aveiro é demasiado importante para se perder neste labirinto legal, nestes andamentos que se descobrem nesta altura, quando tivermos um assunto de tamanha gravidade como aquela que aconteceu no parlamento nacional português, no que dizia respeito ao destino aveirense. E aquilo a que acabamos de assistir, nos últimos cinco minutos, foi a réplica tipo terramoto do que aconteceu no parlamento nacional em termos de comprometimento do destino aveirense, foi a réplica local.

Se porém no parlamento nacional abrigou-se perante a maioria existente de esquerda e conseguiu-se de facto, que nem sequer a esquerda portuguesa recusasse participar na discussão de especialidade do projecto de lei de criação da área metropolitana, a réplica aveirense, como a esquerda é minoritária em Aveiro, abriga-se agora sob ponto de vista legal e mais uma vez essa mesma réplica não autoriza a discussão e o continuar da discussão da área metropolitana, designadamente através da criação de um grupo de trabalho. Por consequência aquilo que acabamos de assistir, trata-se a seguir a uma semana negra para o destino aveirense, a réplica local agora não abrigada numa maioria nacional de esquerda, mas abrigada numa mera questão legal. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado senhor Presidente. Esta nossa proposta foi votada favoravelmente por nós na medida em que tivemos todo o cuidado em nos preocuparmos com a possibilidade de alguma forma, credibilizar a vida política e sobretudo termos em consideração os legítimos interesses dos aveirenses. Na verdade tive todo o cuidado de ao apresentar esta proposta de explicar o porquê, de dizer inclusivamente que não seria oportuno neste momento, depois de tudo o que se passou na Assembleia da república, que aqui alguém tirasse louros pelo sucedido ou pelo não

sucedido, que atirássemos pedras pelo que aconteceu uns aos outros, porque o que nos interessava essencialmente, era pensarmos como é que nós aqui em Aveiro neste concelho, entendemos esta problemática.

Portanto a criação do grupo de trabalho, era apenas para promover uma reflexão sobre uma área metropolitana, dessa reflexão podia surgir a continuidade desta ideia ou até o contrário, para propiciar às entidades competentes um estudo objectivo feito por nós, para os interesses de Portugal e para os interesses dos aveirenses, era isto que estava em causa, apenas a participação desta Assembleia no contexto das suas funções neste concelho para reflectir sobre algo que nos parece importante e temos a surpresa da parte da bancada do partido socialista, de isto ser negado; a hipótese de discutir, a hipótese de reflectir. Fico extremamente surpreendido quando verifico que uma bancada de um partido que é democrático, se mostrar desta forma. Lamento profundamente e continuo a afirmar que isto foi um mau serviço prestado aos aveirenses e vamos exigir naturalmente de acordo com o que nos é dado pela lei, e convidaremos outros deputados que aqui queiram participar connosco, em agendar este assunto para uma próxima reunião desta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Senhor Presidente, eu desejaria ter feito uma intervenção sobre esta questão se porventura no lugar de vossa excelência, não me leve a mal, estivesse o senhor Dr. Candal, nosso Presidente eleito de facto. Como não está presente, eu omiti essa intervenção, acho que a devia fazer com ele presente, até porque ele foi o pai da ideia da área metropolitana de Aveiro. E eu vi assassinar o Dr. Candal à dias na Assembleia da República e as suas ideias; e o que é mais grave é que foi assassinado até por pessoas da família. Mas lamento porque além das criticas e das desculpas esfarrapadas para além do comportamento grave, porque além das criticas e das desculpas esfarrapadas que foram encontradas na ocasião, obviamente que resultaram numa critica indirecta ao senhor Presidente da Assembleia da República e aos seus serviços, porque andaram ali à volta da inconstitucionalidade da proposta, obviamente que se ela fosse inconstitucional não teria sido admitida. Mas o que espanta mais e nisto tenho que fazer aqui um elogio ao senhor Salavessa, que sempre teve nesta Assembleia, e eu devo-lhes aqui confessar, que sempre vi no comportamento do senhor Salavessa, mas discordando das ideias, da sua parte sempre houve a abertura para debater as questões nunca o vi votar contra a admissão de uma proposta e quero aqui referir isto agora.

Como é que é possível que uma lei como está que estamos aqui a falar, nos pode levar a uma situação tão caricata como a presente. Registe-se o comportamento do PS que com a sua atitude vem uma vez mais prestar um mau serviço a Aveiro e aos aveirenses, impedindo com a sua abstenção o debate de uma questão candente, por aqueles que representam o povo de Aveiro, a população de Aveiro e que foram legitimamente eleitos. Lamento porque sinceramente, não esperaria que o partido socialista tomasse esta atitude, porque nada estaria aqui em jogo. Apenas e tão só, o debate de uma questão de vital importância para Aveiro e que obviamente era de todo o interesse debater.”

Vogal Filipe Brandão:

“Senhor Presidente. Uma declaração de voto pessoal, uma vez que como é sabido a bancada do partido socialista dividiu-se entre votos contra e abstenções, portanto faço-a em nome pessoal. Abstive-me, porque não reconheço a urgência de deliberação imediata contida nesta proposta. Abstive-me porque não me merece adesão intelectual, o enquadramento conceptual proposto. Não votei porém contra a discussão, não pretendendo inviabiliza-la, abstive-me.

Agora, posto isto, é evidente que não pode exigir a inversão do ónus, que é obrigar alguém que não levanta especiais hostilidades a qualquer proposta aderir a ela. Portanto, a abstenção não é um voto contra, por isso é que é abstenção, e se alguma critica deve ser assacada a alguém, sê-

lo-á obviamente ao legislador. Mas também não posso deixar, embora não queira entrar pela discussão da área metropolitana, mas estou disponível para o fazer quando for entendido, e aliás quando o senhor Presidente da Mesa e bem referiu, “se há interesse agende-se”, portanto, ninguém foi cerceado, bastava há pouco e para usar as palavras de alguém, se isto foi a réplica de alguma coisa, foi a réplica da ignorância e da indigência. Ficou aqui patentado, a manifesta e conflagrada ignorância da lei que desde há pelo menos dois meses vincula qualquer órgão deliberativo do poder local. Aliás ficou aqui patente a estupefacção com que foi inclusive questionado o Presidente na sua interpretação, o que manifestamente diz muito do trabalho de casa, diz muito da reflexão que estes assuntos merecem e que portanto, se réplica houve foi réplica dessa indigência.

A terminar apenas uma interpelação directa ao senhor Presidente da Mesa, porquanto em meu modesto entender terá induzido em erro aqueles que entenderam, penso que alguns destinatários da sua mensagem não terão sequer entendido o que é que queria dizer com isso; não penso que haja um direito potestativo, por parte de qualquer membro da Assembleia em agendar. Penso que o artigo oitenta e sete, o poder que é conferido no seu número um, ao Presidente da Assembleia, é um poder não vinculado, não direi discricionário mas com algum rigor a um poder vinculado, que será ultrapassável através da conjugação com o artigo cinquenta. Ou seja, qualquer membro da Assembleia poderá propor, o Presidente aceitará ou não, e se o não aceitar terá que recorrer-se de uma minoria qualificada para agendar, portanto, direito potestativo basta pedir, terá que aceitar, não penso que seja esse o caso e portanto, todos nós estamos ainda a aprender com isto, mas aprender é uma coisa, conhecer é outra.”

Vogal António Salavessa:

“Antes da minha declaração de voto, queria manifestar o meu protesto, o meu desacordo em relação a esta interpretação. Confundi de facto a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com a indicação não de um ponto, mas de um artigo que diz respeito a outro artigo, diz respeito à convocação das sessões extraordinárias e este com a indicação de pontos para a ordem de trabalhos.

Votei a favor da admissão desta proposta porque gostaria de ter espaço para dizer que a área metropolitana não pode ser um esboço, nem sequer um projecto, não é algo que se crie por decreto sem que esteja sustentada numa realidade verificável. Votei a favor da proposta para que tivesse espaço, para dizer que não faz sentido uma área metropolitana quando não existe metrópole, e que esta deve ser a principal razão da falta de entusiasmo aveirense, em torno desta matéria, sobre a qual o PCP nunca manifestou o seu apoio, nem agora nem quando foi apresentada pelo Dr. Candal. Votei a favor da proposta porque gostaria de ter dito que o “rei vai nu”, e que a proposta da área metropolitana da Aveiro, não é nem área, nem metropolitana, nem sequer de Aveiro. Gostaria também de ter dito, que não veio mal ao mundo com a discussão na Assembleia da República, por muito que o PSD queira valorizar a sua iniciativa, o facto é que ela não prestou nenhum serviço especial a Aveiro e que os problemas da região continuam, com e sem a área metropolitana de Aveiro.”

Vogal Henrique Diz:

“Senhor Presidente eu gostaria de fazer uma declaração de voto em nome individual. Eu não a tinha previsto, mas face a algumas intervenções anteriores, que eu não sei se foram bem declarações de voto, vossa excelência julgará, não posso deixar de a fazer.

Votei a favor da urgência do debate sobre uma proposta de criação da área metropolitana de Aveiro, não por entender ou por ignorar a lei, não admito que nenhum especialista da casa ande a chamar ignorantes aos seus colegas desta Assembleia, mas apenas porque entendo que a

defesa dos interesses dos eleitores aveirenes não pode esperar. De facto o que foi feito, foi adiar a discussão. O que foi feito, foi tentar fazer com que as promessas de defesa dos direitos dos eleitores, as promessas de defesas dos aveirenes se faça nas calendas. Aliás devo acrescentar que nada disso me surpreende dado que em outras alturas e por outras ocasiões, em defesa dos interesses de Aveiro, ouvi muitas conversas e vi muitos poucos actos. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Faço esta declaração de voto indignado, senhor Presidente. E indignado na minha condição de ignorante. E indignado ainda mais na minha condição de ignorante assumido, voluntariamente agredido por outro prepotente assumido. É inadmissível que nesta Assembleia se utilizem termos e adjetivação como a que aqui foi reproduzida, e ainda por cima em sede de declaração de voto. Se cada um de nós que aqui está, ignorante ou sabedor, esperto ou menos esperto, inteligente como uns, burro como eu, se aqui estamos é porque alguém em nós votou. E todos temos o direito de aqui estar, e todos até, como dizia um ilustre vereador da Câmara Municipal de Aveiro, no meu primeiro mandato, já lá vão cinco ou seis anos, “estamos nesta casa, e nesta casa dizem-se também asneiras, porque esta é a casa da palavra”. Os que calam e os que votando contra, abstendo-se, inviabilizam, porque é preciso que se diga, que com esta lei a abstenção é um voto contra, e que são aqueles que raramente falam, são aqueles que raramente dão a cara e são aqueles que muito pouco se viram a defender os verdadeiros interesses de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Na verdade foram feitas afirmações que alguns já refutaram e indignadamente, não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse também. Não há dúvida nenhuma que temos tido muitas vezes e em várias épocas nesta Assembleia a oportunidade de analisar a situação, analisar os regulamentos e a lei que efectivamente nos rege, e muitas vezes temos encontrado alguma elasticidade para discutirmos um assunto ou outro. Dizer que o facto de se debaterem esses assuntos são replicas de ignorância e de indigência, acho que é extremamente incorrecto para com todos os membros desta Assembleia. Eu acho que nesta Assembleia também se tem preocupado por haver alguma cordialidade, temo-nos preocupado aqui por alguma boa educação e eu creio que em regras de boa educação, o orador que proferiu estas palavras demonstrou efectivamente uma grande ignorância e uma grande indigência a nível das regras de educação.

Finalmente, quero só dizer, que a situação que permite que uma proposta seja debatida ou não, corresponder a serem precisos vinte e sete votos a favor. Uma abstenção é na prática o impedimento do debate. A abstenção é hipocrisia. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Enquanto a intervenção do professor é manifestamente impropriedade, manifestamente não foi visado, aliás a referência à indigência manifestamente não lhe era dirigida, portanto, se tomou as dores alheias é porque as sentiu como próprias, fica consigo. Mas é evidente que se vamos atentar o que é ou não desconsideração da honra de alguém, num critério valorativo eu posso dizer, e por mim falo, quando alguém pretende que esta bancada e nomeadamente a minha pessoa possa de alguma forma prestar um mau serviço para Aveiro. Como foi aqui claramente referido, e aliás afirmado, eu posso dizer que considero esse o pior insulto que me pode ser dirigido e portanto, se alguém o prestar em singelo pode ter a certeza que de imediato terá a sua réplica.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Efectivamente fui eu que falei naqueles que pensando que serviam mal os destinos de Aveiro. Não falei em nomes. Cada um, utilizando as próprias palavras do Dr. Filipe Brandão, enfia os barretes que entender enfiar. Não falei em nomes uma única vez e o conceito pode ser estendido. E eu até posso estar errado, e eu até posso ser daqueles que mal defendem os interesses desta terra. Aquilo que me surge apenas e agora dizer, ao contrário do que foi, no início desta sessão, a intervenção cordial, cordata, democrata, do Dr. Filipe Brandão, apelando à moralização do sistema político e à credibilização do sistema político, duas coisas me surgem e muito rápidas. Como querem que assim quem está lá fora passe a acreditar mais em nós, e passe a dar-nos aquela credibilidade que todos nós reclamamos que se está a perder, mas que poucos de nós lutamos para que se reganhe. Depois, só para dizer que, Dr. Filipe Brandão, reconheço-lhe muito mais capacidades do que estas que hoje vi, agora, e ainda por cima reconheço-lhe muito mais humildade do que esta que ainda agora aqui vi. E como dizia um filósofo norte americano “ se calhar a ideia é o pior inimigo do homem, sobretudo quando é única”. Muito obrigado senhor Presidente.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Mesa Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos como Primeiro Secretário e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Maria Teresa Fidélis da Silva, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira e Manuel Simões Madaíl.

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da Proposta “B”, apresentada pelo vogal Luís Miguel Capão Filipe, tendo a mesma sido rejeitada por não ter obtido a maioria legal de dois terços, sendo a votação a seguinte: vinte votos a favor, treze abstenções e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Henrique Diz:

“Senhor Presidente. Confirma-se mais uma vez que impera a partir de agora a lei da rolha, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação pelo facto de estar a ser impedida a discussão imediata de assuntos de grande interesse para os aveirenses. Já sei que as desculpas são: “pode ser agendado para uma reunião seguinte”, mas essa desculpa servirá para sempre, o que nos vai impedir certamente de tomar posição, em assuntos de carácter urgente, em defesa dos eleitores que nos escolheram para estar aqui. Lamento que as pessoas não tenham pelo menos a coragem de votar contra. Seria mais ético, na minha óptica. Muito obrigado.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado senhor Presidente. Concede-me dois minutos para a declaração de voto?”

Presidente da Mesa:

“O regimento dá-lhe três, senhor deputado.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado. Então atendendo à gravidade dos factos entretanto ocorridos, sugiro meio minuto de silêncio, na minha intervenção inicial e pedia o silêncio de todos os intervenientes nesta sala, por aquilo que acaba de ocorrer.

Agora, para terminar a minha intervenção, uma vez que há silêncios que falam, e penso que o principal conteúdo da intervenção foi aquilo que acabámos de fazer, gostaria apenas de rematar com o seguinte. Actos que permitem não progredir para maiores exigências, Aveiro é uma acção apadrinhadora de “lobbies” contrários a Aveiro e de dolo aos nossos interesses. Verificamos que muitas das coisas que não têm feito progredir Aveiro não é só por culpa dos outros mas seguramente por culpa própria. Por tiros no próprio pé. Somos complicados, perdemo-nos em formalidades e por consequência temos este tipo de consequências.

Por último, lembrar na memória, que quando então propusemos um grupo de trabalho para aferir da hipótese da candidatura de Aveiro ao Euro 2004, para além de termos sido interpretados no sentido herónico, que já estaria entregue extra muros, essa mesma proposta por um voto contra, também não foi votada. E tivemos que andar ó tio, ó tia, para entretanto Aveiro ter conseguido, a seguir à abertura da Barra, a hipótese entretanto agendada como ordem de trabalhos.

Para terminar e depois de alertar para esta memória como os aveirenses sendo complicados para consigo próprios atrasam o avançar de determinados tipos de circunstâncias, registaria em acta, o agendamento para a próxima reunião, dirigido ao senhor excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, de direito, o agendamento do seguinte ponto: Proposta para uma comissão de apreciação para um novo hospital. Está escrito em português, dos portugueses e diga-me só se já confere o agendamento e o ultrapassar dessa bíblia jurídica, impeditiva, do avançar de Aveiro. Muito obrigo.”

Entretanto entraram na sala os vogais João Alberto Simões Barbosa e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado. A esse misto de declaração de voto e interpelação à Mesa, respondo-lhe que pela minha parte isso bastaria; pela parte do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, de direito, não sei se se contentará com esta sua comunicação ou se quererá algum formalismo, nomeadamente um pedido escrito. Não estou em condições de lhe dar mais nenhuma resposta.”

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor da admissão desta proposta, porque gostaria, na oportunidade, de salientar a importância que na perspectiva do Euro 2004 e não só, na construção de um novo hospital distrital em Aveiro, com dimensões e características conforme a evolução verificada nos últimos anos na realidade sócio-demográfica de Aveiro, bem como a necessidade enquanto esperamos, de ser elaborado e implementado a curto prazo, um plano especial de gestão de recursos humanos e remodelação das instalações do actual hospital, que o capacite para a satisfação das necessidades da população no imediato, até ser viabilizada uma solução de raiz.”

Entretanto entrou na sala o vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Senhor Presidente, face à declaração feita pelo meu colega de bancada professor Henrique Diz e ao silêncio de meio minuto, acho que ambos foram suficientemente eloquentes para eu prescindir da minha intervenção. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Tavares:

“Senhor Presidente. Eu votei a favor porque entendo que um problema destes é um problema que tem toda a actualidade, todo o interesse e sobretudo quando visionamos acontecimentos como o que aqui foi aludido, o Euro 2004. Só que a pesar de tudo, entendo que uma discussão destas ser irmos ao âmago da questão, ao problema nuclear da saúde na prestação dos cuidados de saúde em Portugal, que é o termo daquilo a que eu chamo a promiscuidade entre o público e o privado, não vamos a parte nenhuma. Podemos imaginar hospitais óptimos, tecnologias de ponta, que enquanto esse problema não estiver resolvido, não chegamos a parte nenhuma. Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Senhor Presidente. Se em nosso entender, a moção agora sujeita a apreciação não cumpre os pressupostos que justificariam a nossa adesão, não é menos certo que a sua inocuidade não justificaria a nossa oposição. Em conformidade abstivemo-nos.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Senhor Presidente muito obrigado. Mais uma vez, para dizer que votei a favor da admissão desta proposta, porque entendia eu, como muitos outros nesta Assembleia, que estava chegada a altura de reagir, a altura de agir e tentar de uma maneira consensual, o mais consensual possível, agir para que aquilo que é a crónica de uma realidade anunciada, com o alargamento do hospital ao canil (para quem não sabe onde é o canil, é mesmo ali ao lado do Mário Duarte), tentámos nós, e pelos vistos com a concordância de muitos outros vogais desta Assembleia, a qual agradeço, e consequência do silêncio e do voto contra da bancada socialista, é, suponho, e temo eu uma realidade. Sendo assim, senhor Presidente da Mesa, caros colegas, apenas me resta dizer que o nosso voto esse não foi inócuo, que a nossa tentativa essa não foi em vão, fazendo-me recordar, não porque os tenha vivido, mas pelo que li e pelo que outros mais velhos ou menos novos me contaram das suas experiências, fazendo-me recordar tempos idos em mil novecentos e setenta e cinco e os chamados processos revolucionários em curso, ou as tão propaladas maiorias silenciosas. Muito obrigado senhor Presidente.”

Entretanto saiu da sala a vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a admissão da Proposta “C”, apresentada pelo vogal António Manuel dos Santos Salavessa, tendo a mesma sido rejeitada por não ter obtido a maioria legal de dois terços, sendo a votação a seguinte: vinte e dois votos a favor, treze abstenções e zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Henrique Diz:

“Senhor Presidente. Por economia de meios e de tempo, agradeço que seja transcrita para esta votação a declaração de voto que prestei na votação anterior: “Senhor Presidente. Confirma-se mais uma vez que impera a partir de agora a lei da rolha, e não posso deixar de manifestar a minha preocupação pelo facto de estar a ser impedida a discussão imediata de assuntos de grande interesse para os aveirenses. Já sei que as desculpas são: “pode ser agendado para uma reunião seguinte”, mas essa desculpa servirá para sempre, o que nos vai impedir certamente de tomar posição, em assuntos de carácter urgente, em defesa dos eleitores que nos escolheram para estar aqui. Lamento que as pessoas não tenham pelo menos a coragem de votar contra. Seria mais ético, na minha óptica.” Muito obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Uma proposta, em nosso entender, que ignora que jamais será aprovado um projecto que atente contra as normas ambientais, é uma proposta que será seguramente bem intencionada, porém inócua e por isso nos abstivemos.”

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor, não só por a ter apresentado como é óbvio e o rebate de consciência do momento diz-me que para além de ser apresentada, de estar apresentada e de ser originária daqui, o assunto dizia respeito ao concelho de Aveiro, o assunto é suficientemente importante para merecer uma deliberação desta Assembleia, e o assunto era urgente porque visava dotar os nossos representantes na Assembleia Inter-municipal da Associação de Municípios da Ria, de uma posição assumida pela Assembleia Municipal de Aveiro. Alguns deputados não entenderam assim, é pena.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Senhor Presidente. Votei a favor, acima de tudo porque em qualquer uma das três propostas, aqui objecto de uma tentativa de discussão, o que se propunha era simplesmente a criação de três comissões que permitiriam mais uma vez reflectir, pensar, delinear o que poderia ser uma estratégia a adoptar por esta Assembleia Municipal. Mais uma vez tal não foi conseguido. Mais uma vez os mesmos votaram da mesma maneira. Mais uma vez tivemos que nos calar. Uma coisa é certa, dá-me a sensação que o partido socialista está a inaugurar neste final de ano, a entrada no novo milénio, a era três em um. Já conhecemos a era dois em um, e esta é a era três em um. E a juntar ao champô, ao amaciador, teremos agora, suponho eu, a espuma de barbear. E olhem que onde entra primeiro a espuma de barbear, entra claramente a seguir a gilete passo a publicidade. E portanto, inaugurada que está a era, caros amigos democratas, atrever-me-ia a dizer, cuidado com os vossos pescoços e com a qualidade da espuma, que todos os dias põem na cara de manhã, os que põem, eu só ponho de dois em dois dias o que já é uma segurança para mim.”

Presidente da Mesa:

“Creio que estão reunidas as condições para que a Câmara, se entender, através do senhor Presidente, responda às questões que desde o início da Assembleia, nomeadamente no período de antes da ordem do dia, foram formuladas pelos senhores deputados.”

Presidente da Câmara:

“Muito boa noite a todos. Muito obrigado senhor Presidente. Eu vou tentar de facto responder a todas as questões. Houve algumas que foram comuns e foram formuladas por vários dos senhores deputados e portanto, responderei simultaneamente a esses.

O senhor professor Britaldo colocou-me, designadamente duas questões que foram depois recolocadas por várias pessoas, a questão do caminho de ferro e a questão da Marina da Barra. Quanto ao caminho de ferro, o acesso ferroviário ao porto de Aveiro, que estamos a falar, eu gostava de dizer o seguinte: em primeiro lugar, e sempre disse isto, a Câmara apoia sem reservas com entusiasmo o acesso ferroviário ao porto de Aveiro. Julgamos que é estratégico, que é fundamental para o desenvolvimento do porto e que tendo sido o porto classificado como um dos portos nacionais de primeira categoria, este investimento não pode, não deve passar ao lado, havendo financiamentos disponíveis para o concretizar. E portanto, quanto a isso que não haja a menor dúvida, julgo que é do interesse de todos, não tem tanto a ver com as sensibilidades políticas, pode ter a ver com leituras sobre a importância dos acessos ferroviários para o porto, mas por aquilo que me cabe e pelo que eu conheço das posições da Câmara, todos estamos nesse cumprimento de onda, todos defendemos o cesso ferroviário para o porto. Acontece que de facto o acesso ferroviário para o porto, tem que atravessar, seja qual for o traçado, dois municípios, e pela sua própria natureza e pelas suas próprias características, causará sempre impactos ambientais sensíveis, será sempre uma obra tecnicamente complicada, terá custos financeiros, vai implicar com o ordenamento do território nos dois municípios e portanto, digamos que o impacto, que é um impacto relevante, terá que ser devidamente acautelado. A Câmara Municipal de Aveiro, nunca, desde que estamos em funções, se pronunciou quanto ao mérito de qualquer um dos traçados que têm aparecido na imprensa e sabemos que neste momento estão a ser estudados pelo menos dois traçados. E portanto, seriamente e serenamente, vamos aguardar a conclusão desses estudos que vão habilitar-nos, espero eu, em função de um estudo comparativo que nos diga qual é que é ambientalmente mais gravoso, quais são as medidas minimizadoras que vão ser introduzidas numa vertente ou noutra, quais são os custos financeiros, pôr tudo isso em balanço e em função disso decidir. E espero da parte do outro município envolvido, haja também a abertura, digamos assim, para fazer o mesmo exercício, porque obviamente é um investimento que interessa ao desenvolvimento de toda a região e não apenas de um município ou outro e portanto, se houver ónus, é natural que eles sejam repartidos pelos dois municípios.

De resto julgo que uma vez tirada a conclusão em função desse estudo comparativo, de qual é o canal que terá que ser reservado deveremos ser muito exigentes ao nível do projecto, para que os tais efeitos negativos que uma obra deste tipo sempre acarreta na paisagem e a todos os títulos, possam ser devidamente acautelados e tudo faremos, chegado a esse momento, para fazer um acompanhamento de grande proximidade ao nível do projecto, para que o projecto de facto, nos agrade a todos no sentido de que cause o menor impacto possível. Portanto, quanto ao caminho de ferro é esta a posição da Câmara que neste momento eu posso transmitir e julgo que o estou a fazer com rigor, em relação ao que temos conversado.

Quanto à Marina da Barra, também queria dizer logo de entrada o seguinte, e nem sei se é opinião partilhada por todo o executivo. Eu sou daqueles que considera que pode e deve haver ali uma Marina. Uma Marina faz falta ao desenvolvimento turístico, económico de toda esta região. Mais uma vez, apesar de se situar no concelho de Ílhavo, passam milhares de barcos na nossa costa, que não entram em Aveiro por não terem um ancoradouro e por não terem

estruturas de apoio adequadas ao tipo de navegação que fazem. E portanto, até me parece que o local é de facto bom para esse efeito.

São conhecidas também e não gostaria de me alongar muito sobre isso, as reservas e mais que as reservas, o desagrado que a Associação dos Municípios da Ria e eu na qualidade de Presidente da Associação dos Municípios da Ria, tivemos ocasião de oportunamente apresentar, pelo facto de a Associação não ter sido consultada. Julgámos que era uma questão de princípio, que põe em causa o próprio prestígio da Associação dos municípios se não tivéssemos reagido, porque trata-se, como é sabido, de um projecto que admite a maior massa de construção urbana, chamemos-lhe assim, jamais prevista para a zona lagunar. E portanto se a Associação dos municípios da ria, não se tivesse podido insurgir, pelo facto de não ter sido ouvida quando está em causa um projecto desta dimensão, que pode ser um excelente projecto, mas que é apenas o maior projecto jamais projectado para a zona lagunar, de facto algo estaria mal com a Associação dos municípios da Ria e sendo certo que há quatro ou cinco anos, essa consulta efectivamente teve lugar, em relação a um projecto que não difere muito deste.

Portanto, eu diria, como Presidente da Associação dos Municípios da Ria, de facto exprimi o meu desagrado por não termos sido consultados; a titulo pessoal faço uma leitura que é não tão optimista como a que o Dr. Raúl Martins fez, sobre a blindagem das bases gerais, sobre a blindagem do projecto, preferia e isso tem a ver de facto com a metodologia que foi seguida e se calhar com o contexto que essas bases tivessem sido à partida de outro tipo. Como ainda há várias entidades que ainda terão oportunidade de intervir, o Dr. Raúl Martins invocou-as há pouco, mas essa é a minha opinião pessoal. Estou esperançado que se possa chegar a um projecto com menos construção e portanto, um tipo de Marina que pode induzir a um turismo de mais qualidade. Mas é uma opinião pessoal, a Associação dos Municípios da Ria como é sabido vai ter uma reunião amanhã, esta questão já foi analisada na primeira parte, amanhã haverá uma reflexão quanto à segunda e portanto, vamos também aguardar o desenrolar deste procedimento e não gostava de acrescentar mais nada, neste momento, quanto à Marina. São opiniões pessoais, todos temos as nossas; nenhum de nós é técnico de Marinas, temos a sensação de que de facto nestas coisas todos temos direito à opinião, apesar de não sermos técnicos. E quando por exemplo se houve falar em cinquenta por cento apenas da área ocupada em relação àquilo que está previsto, não é apenas um palpite de um leigo, isso apareceu em documentos que foram emanados há quatro ou cinco anos, houve uma pequena redução da área, mas do meu ponto de vista pessoal como cidadão, considero que de facto continua a ser demais. Preferia que em vez dos quinze milhões de obras que se têm que fazer ali de infra-estruturas e em vez de se ir para a solução BOT (Built Operation Transfer), como disse o Raúl, que de facto tem custo zero para o estado, eu em projectos deste tipo que são necessários à comunidade e que nós todos reconhecemos que são úteis, preferia se calhar ir para uma solução em que o estado gastasse os tais dez milhões e que não fosse necessária tanta construção. Mas isso, eu estou convencido que agora, como a discussão tem sido feita, pelo menos na Associação de Municípios da Ria vai prosseguir e há uma série de investimentos que o senhor Presidente da Câmara de Ílhavo considera necessários, a que julgo que serão introduzidos ajustamentos necessários ao projecto para que ele possa de facto tornar-se um bom projecto, porque, enfim, julgo que todos nós nos assustámos com as notícias que nos apareceram e eu sou o primeiro a lamentar a forma e o teor de algumas notícias que surgiram.

Sobre os vendedores ambulantes, é uma queixa que nos aparece com alguma frequência e nós temos alguma dificuldade em contornar isso. A nossa fiscalização infelizmente é deficiente, temos que assumir isso, estamos apostados como tiveram a oportunidade de reparar no plano de actividades, em criar uma Polícia Municipal que possa de facto fiscalizar toda uma série de actividades que neste momento escapam ao nosso controle. Em todo o caso, nesse caso concreto, vamos tentar que a situação não prossiga.

Depois a Clara Ribeiro, fez também algumas pertinentes observações, a propósito das paragens e dos abrigos e dos horários, também já me chegaram ecos de várias pessoas de que há várias situações que não estão correctas desse ponto de vista. A informação é de facto eficiente nalguns casos e portanto, valia a pena fazermos uma revisão geral de todo o sistema para ver o que é que está a funcionar mal.

Quanto às Bugas, aí já não posso acompanhá-la nas críticas. Eu acho que está a ser uma grande sucesso. Já nos chamaram à atenção da situação do Zig-Zag e já foi corrigida, não sei se a sua informação está actualizada, mas nós retirámos algumas das varas separadoras, que fizeram tropeçar algumas pessoas, porque de facto estava mal e corrigiu-se. O sistema está numa fase experimental, e admitimos isso, nunca dissemos o contrário. Também estamos cientes que a coexistência entre ciclistas e peões, pode dar aso a colisões e portanto, tem que haver uma sinalética que advirta para os cuidados a ter quando as pistas são comuns e tem que haver obviamente uma educação das pessoas e o bom senso do utilizador e por isso também, em principio os menores de dezasseis anos não devem andar se não forem acompanhados pelos mais crescidos, porque são menos prudentes desse ponto de vista.

Sobre o fórum, gostava de lembrar que aquela avenida é Municipal. A rua Homem Cristo que está contígua ao canal é Municipal e portanto, não se tenha a ideia de que as Bugas não podem andar por lá, porque podem e devem, porque é umas das pistas que está em funcionamento e aí é suficientemente largo para que haja a possibilidade de circular. Não temos muitas queixas de conflitos entre ciclistas e peões, é uma questão de hábito de parte a parte.

Mercado Manuel Firmino; está em curso um processo de averiguações. Eu registei com preocupação aquilo que aconteceu à Clara Ribeiro, se lhe serve de solidariedade eu também já fui objecto das mesmas ameaças e portanto, o processo está em averiguações. Há de facto ali alguém que está a tomar atitudes que não são decerto as mais recomendáveis.

O custo da festa da passagem de ano, que foi tido como se fosse um enorme escândalo. Eu gostava de lembrar que pelo que vemos pelos jornais, este é dos orçamentos mais contidos: compare-se o da Figueira, compare-se Gaia, compare-se a Madeira que é um caso à parte evidentemente. E mesmo assim, nos quarenta mil contos eu gostava de dizer o seguinte: nós vamos ter alguns patrocínios que vão fazer baixar esta receita e considero em relação a esta despesa e em relação às pessoas sem posses que foram lembradas pelo senhor Armando Vieira, que era uma ofensa gastar esses quarenta mil contos, que vemos isto ao contrário, porque vamos propiciar a essas pessoas uma festa gratuita que elas nunca teriam oportunidade de gastar os dez e vinte contos que se pede por aí. Portanto, a autarquia tem muito gosto em, por este preço organizar uma festa popular, aberta a toda a gente e que de outro modo essas pessoas que foram invocadas provavelmente não teriam oportunidade de ter, e é assim que temos oportunidade de ver esta passagem de ano.

Depois o senhor Barbosa interrogou-me sobre o Museu da República. O museu da república tem de facto um programa e uma afectação específica que não é compatível com esse tipo de exposições, está neste momento a ser preparado em termos jurídicos, o protocolo que vai de facto regular a cedência das peças e a utilização do museu.

E quanto à carta de risco temos que dar a mão à palmatória, ela não está ainda elaborada e iremos tratar disso.

O senhor Virgílio Nogueira, chamou à atenção para a necessidade de pagamento das deliberações, vamos tentar ser mais cumpridores. O boletim da juventude não sei se é mau, eu tenho uma opinião diferente, eu acho que é bom, mas também estou de acordo que as associações da juventude podem participar na edição do boletim e colaborar.

O processo de certificação dos ovos moles tanto quanto sabemos não tem tido desenvolvimentos, o processo foi conduzido pela Associação comercial de Aveiro, tanto quanto sei e portanto, estamos a aguardar.

Europa dos pequenitos; há de facto aí uns rumores sobre a Figueira que nos deviam levar todos a fazer os possíveis, para que este processo corresse o melhor possível. As informações que tenho do meu interlocutor neste processo, que é o Presidente da fundação Bissaya Barreto, não me confirmam esses rumores, pelo contrário, temos o processo bem encaminhado em Aveiro mas é de facto preciso ultrapassar pequeninos obstáculos que têm aparecido e todo o apoio que lhe podermos dar e a força que pudermos fazer para que este processo avance ao ritmo que de algum modo nós não controlamos porque não é um projecto de iniciativa nossa, não será demais.

Sobre o aquário, é uma ideia que lembra e lembra bem, a nossa resposta tem sido julgo que também a mesma. Achamos que é uma excelente ideia e que ficaria muito bem situada num futuro espaço da lota, no tal projecto que está a ser desenvolvido pelo arquitecto Nuno Portas; achamos que é o enquadramento natural para um investimento desse tipo e portanto, faremos com que não seja esquecido.

Em relação ao túnel do Eucalipto e à iluminação; o túnel já tem iluminação superior e por baixo julgo que será instalada em breve. Houve aí um desfasamento entre a permissão para que os automóveis passassem e a conclusão da obra.

Penso que respondi ao essencial, se me tiver escapado alguma questão fico à vossa disposição.”

Reentrou na sala a vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

Vogal Raúl Martins:

“Apenas para tecer algumas considerações àquilo que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer.

Em primeiro lugar, notar com agradável satisfação que a Câmara apoia com entusiasmo o acesso ferroviário ao Porto de Aveiro (nem outra coisa seria de esperar de uma Câmara responsável como a Câmara de Aveiro), e dizer também que a exigência ao nível do projecto é obviamente uma das grandes necessidades desse projecto. E, para sossegar aqueles que conhecem o sector da arquitectura, dizer que o projecto está a ser estudado por uma pessoa que penso merece a todos os maiores encómios, que é o professor Câncio Martins. E foi-lhe solicitado, para na área mais sensível do projecto, que é o Canal das Pirâmides, ter uma proximidade muito grande com o arquitecto Nuno Portas para em conjunto estudarem as melhores soluções para o local. Foi-lhe dito que aí não está em causa o dinheiro, não há uma perspectiva economicista, há uma perspectiva de que se faça uma obra que tenha grande classe e que seja extremamente exigente porque passa por uma zona delicada da nossa Ria.

Quanto ao problema da Marina, gostaria de dizer, que também registo com muito agrado o sentimento do Sr. Presidente da Câmara (que penso é o sentimento de todos nós) de existir uma estrutura daquele tipo para potenciar o Turismo na região atraindo para aqui os milhares de barcos que durante o ano passam na nossa costa e que infelizmente não podem entrar porque qualquer veleiro com mais de doze metros não tem hipótese de atracar na Ria de Aveiro.

De facto, a AMRia foi consultada para este projecto. E não foi consultada agora, seguindo a máxima que diz: quem permite o mais permite o menos. E de facto, o actual projecto levou em conta algumas das considerações (nomeadamente em termos de ocupação) daquilo que efectivamente foi dito pela AMRia.

De qualquer forma encaro com muito agrado o reconhecimento da necessidade da Marina. E a única divergência de pensamento que parece haver neste projecto, é que eu penso que aquele projecto deve ser totalmente financiado por capitais privados e o Dr. Alberto Souto acha que não, mas isso são opiniões pessoais que eu muito respeito e que obviamente gostarei de discutir, mas não é aqui o sítio próprio.”

O Presidente da Mesa nesta reunião, saiu da sala, ficando a conduzir os trabalhos na qualidade de Presidente o Segundo Secretário da Mesa.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Começava pela Marina da Barra. E começava também por dizer que, quando há pouco aqui falava do três em um, mais uma vez aqui nesta Assembleia ele aqui está presente o três em um. Temos um Presidente de Câmara que é um três em um. Presidente da Câmara, Presidente da AMRia e Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. Em duas das facetas assume o protagonismo e mais, assume o seu lugar sentado nesta Assembleia para defender inclusivamente as suas posições públicas assumidas enquanto Presidente da AMRia. É realmente a primeira vez que vejo uma coisa assim. Na minha opinião Sr. Presidente, é tudo menos o correcto, até porque não me recordo de o ter interpelado enquanto Presidente da AMRia. E custa-me ouvir aqui o Sr. Presidente da AMRia referir, que um dos pontos de partida para a não concordância com o projecto foi o facto da AMRia não ter sido consultada e consequentemente o facto de essa não consulta beliscar ou ferir de morte o prestígio da AMRia enquanto Associação Intermunicipal. Mas eu pergunto, se o Sr. Presidente não concorda comigo, quando eu digo que o prestígio das Associações se conquista com projectos de valor? Concordará ou não o Sr. Presidente comigo quando lhe perguntar, se não considerava o projecto de recuperação e despoluição da Pateira de Requeixo - um projecto com valor. E, esse projecto, foi conduzido do início ao fim anunciado ou seja à gaveta, foi conduzido pela AMRia. E esse é um projecto que a AMRia nunca recuperou apesar de interpelada nesta Assembleia. E esse é um projecto que claramente dá prestígio a uma Associação e no entanto continua na gaveta! Quase que se espera que aconteça, quando lá se meter um buldozer, aquilo que aconteceu aos terrenos junto ao TIR-TIF quando os assorearam, quando os terraplenaram. Isto é um projecto com credibilidade, e a credibilidade constrói-se com projectos como este. Se calhar a AMRia não foi consultada porque está a ser subvalorizada. Se calhar o Sr. Presidente da Câmara quando puxa dos galões por ser Presidente da AMRia para ir à televisão falar contra o projecto da Marina da Barra, se calhar poderia ter puxado desses mesmo galões quando se propôs e assumiu o compromisso de levar para a frente o processo de despoluição da Pateira de Requeixo.

Presidente da Câmara:

“Dá-me um minuto para esclarecer? É que de facto tem toda a razão, a AMRia valoriza-se tanto mais quanto tiver bons projectos, mas é falta de informação que tem. Porque o projecto da Pateira de Requeixo não está na gaveta. Está candidatado ao III Quadro Comunitário de Apoio. Portanto há aí uma imprecisão no que disse. E de resto muitos outros projectos, felizmente temos tido a capacidade e imaginação para os apresentar. Designadamente estamos a trabalhar numa agência de energia, estamos a trabalhar num projecto de saneamento em baixa que é essencial para o sistema do SIMRIA funcionar - só par lhe dar uma ideia de que há de facto vários projectos importantes que a AMRia tem em mãos.

É evidente que eu fui entrevistado como Presidente da AMRia porque era nessa qualidade. Não se tratou de puxar galões. E não percebo essa censura! É evidente que estou aqui como Presidente da Câmara de Aveiro, mas com toda a frontalidade com que me colocaram questões sobre a AMRia sabendo que eu estou aqui como Presidente da Câmara, eu pensei que quisessem uma resposta com a mesma frontalidade. Não tenho nenhuma duplicidade de atitudes por estar num foro e noutro e, portanto, foi com toda a frontalidade que dei as respostas que dei.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Ora bem, prestado que está o esclarecimento eu focaria a questão do financiamento.

Eu queria recuperar as palavras (quanto a mim as mais acertadas) do Dr. Raúl Martins sobre este projecto. «Quando se puder financiar coisas como estas através de privados, neste caso a Marina da Barra» obviamente no nosso entender, não se deve hipotecar os recursos públicos de todos nós, no financiamento de situações como esta. Mais, foi aqui impedida de discutir uma moção que pretendia criar uma comissão para estudar a viabilidade de construção em Aveiro de um Hospital Central. Obras essas, que sim senhor, devem ter assignadas verbas do Poder Central.

Quanto à Europa dos Pequenitos. Sr. Presidente da Câmara, que terrenos actualmente o senhor tem disponíveis para utilizar para a construção da Europa dos Pequenitos? A marinha que comprou pode ou não pode ser utilizada de acordo com os mais recentes estudos de impacto ambiental?

Presidente da Mesa:

“Sr. Diogo Machado, eu sugeria-lhe o seguinte: não estamos a coarctar nada, mas a questão é esta. As matérias que está a agendar agora, pode colocá-las no ponto seguinte e onde poderá questionar o Presidente da Câmara sobre toda a actividade da Câmara e incluir todos esses temas que está a incluir de novo. Neste momento estamos em sede de réplica das questões que o Presidente da Câmara respondeu há momentos.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente da Mesa, lamento informá-lo, mas não aceito ser dirigido nos meus trabalhos pela Mesa desta maneira. Quem decide da oportunidade ou não das minhas intervenções, quando falo, e quem corre o risco de elas não serem oportunas sou eu.

Se se falou nesta Assembleia na “Europa dos Pequenitos” que precisa de terrenos, eu estou a falar de terrenos. Portanto estou a falar da “Europa dos Pequenitos” e estou a perguntar que terrenos vai utilizar.”

Presidente da Mesa:

“A palavra já não vai ser dada ao Sr. Presidente, portanto é inócuo isso que está a perguntar.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Só fazer as três questões que faltam e o Sr. Presidente responderá lá fora se quiser.

Quanto tempo mais vai esperar a Fundação Bissaya Barreto para ter terrenos disponíveis para avançar com o projecto?

Em que pé estão as negociações com o TIR-TIF para a aquisição dos terrenos que o Sr. Presidente quer adquirir? E ao que consta já ascende a uma verba perto de um milhão de contos.

Como está a sua insistência Sr. Presidente da Câmara, quanto à cedência dos terrenos da Administração do Porto de Aveiro junto ao TIR-TIF, como solução alternativa de ressituar a “Europa dos Pequenitos” e qual a sua posição quanto ao resultado do estudo de impacto ambiental que proíbe a instalação da “Europa dos Pequenitos” na marinha que o senhor comprou e nós enquanto Executivo não quisemos comprar antes do resultado desse estudo de impacte ambiental.”

Reentrou na sala o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, retomando a presidência dos trabalhos.

Vogal João Maia:

“Na resposta do Sr. Presidente, com certeza por falta de tempo, o Sr. Presidente não se referiu exactamente à proposta de sinalização de trajecto para a Repartição de Finanças, nem ao arranjo do parque de estacionamento de automóveis que eu propunha em espinha. Esta minha intervenção é para voltar a formular esse pedido, julgo que é fácil colocá-lo dentro das suas preocupações e já agora julgo que se devia alargar essa sinalética para a conservatória do Registo Civil.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu quando coloquei questões relativamente à Marina na Ria, eu diria que para ser informado, não me importaria que para tal o Sr. Presidente da Câmara usasse qualquer das suas vertentes, isto é, como cidadão ou como Presidente da AMRia, o que eu gostava era de obter uma informação. E também não me importaria que o vogal Raúl Martins vestisse a de Presidente da Administração do Porto de Aveiro, também ficaria muito agradecido. O que aconteceu é que de facto houve algumas afirmações, alguns cumprimentos mútuos, mas digamos que apenas fiquei com alguma informação qualitativa dos factos mas não quantitativa. Quando se fala em impacte ambiental fiquei sem saber quais eram as críticas que se perfilam neste momento; fiquei sem saber se há implicação ou não no fluxo das águas da Ria quando for construída ou alargada ali uma ilha para construção de edifícios; fiquei também sem saber a nível dos investimentos quais são os custos e quais são os benefícios e qual é o retorno de investimento, direi que fiquei muito pouco esclarecido depois do que ouvi aqui.

Finalmente e porque há munícipes a quem eu tenho de responder porque me escreveram relativo à “peixaria do mar”, gostaria de receber resposta. Devo informar que temos de esperar pela Polícia Municipal - é isso?!

Presidente da Câmara:

“A fiscalização vai estar mais atenta e iremos actuar para ver se se põe cobro à situação.”

Vereador Domingos Cerqueira:

“Só para completar. É para dizer que já tive uma reunião com o Sr. Comandante da Polícia, não valia a pena nestes últimos meses do ano implementar uma acção contra os vendedores ambulantes não apenas de peixe mas também de roupas e de comidas que andam aí pela cidade; temos programada para o início do ano uma acção para ver se acabamos com isso.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, coloquei na intervenção as dúvidas sobre a introdução do ponto dos empréstimos na ordem de trabalhos, não tive resposta nem da Câmara nem da Mesa. Coloquei na intervenção, o espanto por não ter havido nenhuma iniciativa no sentido de nos familiarizar com as alterações legislativas, ninguém entendeu dizer mais nada. Perante isto que é que devo fazer? Não digo mais nada.”

Vogal Virgínia Silva Veiga:

“Esperando não ultrapassar um âmbito que seja o direito de réplica, para chamar a atenção do Sr. Presidente de Câmara - que por acaso exerce também mais duas funções - de que, entendendo pessoalmente que a questão da Marina da Barra não é um questão de interesse indirecto para Aveiro - é uma questão de interesse directo. Porque mexendo com todo o caudal de água e com toda uma invasão maior nesta zona, tem a ver com o próprio concelho de Aveiro directamente e não indirectamente. Isto para dizer que de algum modo me preocupa, sendo certo que faça ressalva de dizer o que já disse anteriormente, isto é, não sei do que se trata e como não sei do que se trata não me posso pronunciar profundamente. Li apenas uma notícia no Jornal Público sobre esta matéria, e tanto como me pareceu, não se tratava agora de discutir a questão da

Marina, que é uma questão velha já, que é uma questão lateral, mas um grande projecto de construção urbana a ocupar 54 hectares, já não do sector da Praia da Barra mas da Ria - o que me parece preocupante.

Se o Sr. Presidente, com as informações que julgo colheu, também enquanto Presidente da Câmara de Aveiro, nos informa que o Presidente da Câmara de Ílhavo estará a exigir alguns investimentos - não sei se privados se públicos - em matéria de infra-estruturas, eu poderia ficar um pouco mais descansada se me tivesse adiantado mais alguma coisa, porque na realidade os habitantes de Aveiro são grandes frequentadores daquela zona e não há zona de fuga neste momento sequer para a grande questão que ali está patente, que não é de natureza ambiental - salvo o devido respeito, essa é outra - é de natureza da qualidade de vida e de segurança das pessoas. E a questão que se levanta enquanto Presidente de Câmara e enquanto Presidente da AMRia, não tem tanto a ver com questões de natureza ambiental tanto com a questão de a Praia da Barra já ultrapassar neste momento, mesmo sem ter a edificação da Quinta da Barra que está a ser começada neste momento, mais espaço nenhum nem para áreas verdes, nem para bombeiros, nem para condições absolutamente nenhuma de socorro de saúde, nem segurança das pessoas a vários níveis. E nestas circunstâncias, não se visualizando para um leigo, como possa construir-se próximo do aeródromo de S. Jacinto e com a altura necessária para a passagem de barcos qualquer ponte para o lado da Gafanha, se aquele empreendimento é muito importante, sê-lo-á necessariamente, mas eu pergunto, se naquele sítio? Portanto, nós precisamos aqui, enquanto deputados municipais, de informações rigorosas sobre essa matéria. E isto não é uma crítica. Não tenho nada contra esse projecto pela simples razão de que não o conheço. Ele é, pelos poucos elementos que nos foram trazidos pela comunicação social, verdadeiramente assustador do ponto de vista da qualidade das pessoas que já hoje não podem ser assistidas num caso de incêndio ou num caso de pânico - que o pode haver naquela zona.

Aquilo não tem comparação nenhuma com Albufeira porque não tem saída. Esta é a grande questão. A Praia da Barra tem 'n' edifícios a acabar de construir sem estarem ainda ocupados e a Quinta da Barra ainda não começou a ser edificada.

É isto que eu pergunto: estes tais investimentos privados cobrem quartéis de bombeiros, cobrem pontes, cobrem toda essa questão da acessibilidade? Eu não ouço falar absolutamente nada disso. De resto não me apoquento a mim o sapal que será tapado ou que será eventualmente drenado. Não me preocupa para já - porque também não tenho dados técnicos sobre isso. Porque se me fosse a preocupar, como nós sabemos, com teses ecologistas dessa natureza não teria havido a Barra se tivesse havido fundamentalismo ecologista. Portanto nesse aspecto é tudo uma situação em aberto que penso que o nosso Presidente da Câmara - e agora vou falar do que disse o Sr. Diogo Machado, da questão principal e do seu principal desafio - que ocupa efectivamente esses três cargos, quer aqui se goste ou não se goste, e isso lança-lhe o maior desafio de toda a sua vida, é o desafio de que ele falou - do protagonismo.

Chegou a hora de facto de marcar quer em relação a essa situação, quer em relação aos entraves que estão a fazer a Aveiro e à Fundação Bissaya Barreto em relação à Europa dos Pequenitos, e protagonizar de uma vez por todas de que Aveiro deixou de ser parvo e que esses projectos têm de ser aprovados com a velocidade que nós merecemos e que o povo de Aveiro merece em qualidade de vida.

Precisamos de grandes projectos, um deles é a Europa dos Pequenitos. Chegou o tempo em que os nosso governantes devem deixar de passear tanto por Aveiro, para fazer mais por Aveiro. O Governo do Partido Socialista anterior passeou muito por aqui, fez algumas coisas. Agora é Governo novamente, chegou a hora do Partido Socialista mostrar que não vem apenas visitar Aveiro, mas que dá a Aveiro o que Aveiro já merece há muitíssimo tempo. Seja a Europa dos Pequenitos, seja as infra-estruturas necessárias para que então surja um grande empreendimento na Barra, seja por exemplo a vergonha que é a questão da Capitania. Que sendo o problema emblemático desta cidade, não se percebe como é que o nosso Governo, seja

de que maneira for, ainda não foi capaz de arranjar um diabo de um edifício daquela dimensão. Isto é inenarrável!

Eu estou a ver, com o devido respeito e com as devidas proporções, o que seria um problema com a Torre Eiffel - estava ali o Governo de França a empatar o sistema. Isto é o ex-libris desta cidade. E sendo esta cidade Capital de Distrito e do Distrito que é, é um dos ex-libris do país. É uma autêntica vergonha - que não seja outra Europa dos Pequenitos.”

Presidente da Mesa:

“Terminaram as intervenções do período de réplica, que permitam-me a observação, acho que é uma figura que o próximo Regimento deve densificar, porque há intervenções que de réplica não tiveram rigorosamente nada - permitam-me este aparte. Vamos então dar início ao ponto número um da ordem de trabalhos. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.”

PONTO N.º 1 COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Presidente da Câmara:

“Muito Obrigado Sr. Presidente. Eu a exemplo do que fiz em ocasiões anteriores e dado o adiantado da hora, uma vez que a Comunicação foi distribuída, eu abstinha-me de a reproduzir oralmente e fico à disposição dos Srs. Deputados para eventuais observações que queiram fazer.”

Presidente da Mesa:

“Muito bem, temos quinze inscrições, vamos manter-nos fiéis à regra dos três minutos? Sr. Deputado eu sei que o regimento fala em vinte minutos. Srs. Deputados a Mesa debate-se com um pequeno dilema. Com o ritmo particularmente prolixo que caracteriza os Srs. Deputados, nós temos inscrições que seguramente nos levarão entre uma hora e quarenta e cinco e duas horas. É meia-noite, uma vez que vamos ter que prorrogar os trabalhos e marcar uma nova reunião, a Mesa não se opõe a que os trabalhos de hoje sejam interrompidos e recomecem na próxima reunião com esta ordem de inscrições.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais a próxima reunião da presente Sessão para o dia 20 de Dezembro de 1999 (segunda-feira), pelas 18:00 horas.

Eram 24:00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos gerais.